



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

**Estratégia democrática e popular
e luta sindical docente no Distrito Federal**

João Felipe de Souza

Brasília
2017

Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação – FE
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
Orientador: Dr. Erlando da Silva Rêses
Mestrando: João Felipe de Souza
Matrícula: 15/0050984

Estratégia democrática e popular e luta sindical docente no Distrito Federal

João Felipe de Souza

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *em Educação* da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação na linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação (POGE), sob orientação do Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

dS0729e de Souza, João Felipe
Estratégia democrática e popular e luta sindical docente
no Distrito Federal / João Felipe de Souza; orientador
Erlando da Silva Rêses. -- Brasília, 2017.
101 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Educação) --
Universidade de Brasília, 2017.

1. educação. 2. processo de consciência. 3. estratégia
democrática e popular.. 4. sindicato docente. I. da Silva
Rêses, Erlando, orient. II. Título.

Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação – FE
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Estratégia democrática e popular e luta sindical docente no Distrito Federal

João Felipe de Souza

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *em Educação* da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação na linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação (POGE), sob orientação do Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses.

Aprovado em: 31/05/2017

Banca Examinadora

ERLANDO DA SILVA RÊSES

Presidente

KÁTIA AUGUSTA CURADO PINHEIRO CORDEIRO DA SILVA

(Membro interno: Faculdade de Educação/UnB)

SADI DAL ROSSO

(Membro externo: Departamento de Sociologia/SOL - UnB)

REGINA LÚCIA SUCUPIRA PEDROZA

(Membro externo: Instituto de Psicologia/IP - UnB)

Aula de voo

O conhecimento
caminha lento feito lagarta.
Primeiro não sabe que sabe
e voraz contenta-se com o cotidiano orvalho
deixado nas folhas vividas das manhãs.

Depois pensa que sabe
e se fecha em si mesmo:
faz muralhas,
cava trincheiras,
ergue barricadas.
Defendendo o que pensa saber
levanta certezas na forma de muro,
orgulhando-se de seu casulo.

Até que maduro
explode em voos
rindo do tempo que imaginava saber
ou guardava preso o que sabia.
Voa alto sua ousadia
reconhecendo o suor dos séculos
no orvalho de cada dia.

Mesmo o voo mais belo
descobre um dia não ser eterno.
É tempo de acasalar:
voltar à terra com seus ovos
à espera de novas e prosaicas lagartas.

O conhecimento é assim:
ri de si mesmo
e de suas certezas.
É meta da forma
metamorfose
movimento
fluir do tempo
que tanto cria como arrasa

a nos mostrar que para o voo
é preciso tanto o casulo
como a asa.

Mauro Iasi

Dedico esse trabalho às mulheres e homens que ousam
e com passos firmes buscam se organizar para lutar contra a ordem do capital

AGRADECIMENTOS

Pela orientação e supervisão dessa pesquisa, agradeço imensamente ao Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses. Muito obrigado pelo permanente estímulo encorajador e confiante durante esses dois anos e meio de exercício acadêmico. Que possamos continuar essa profícua colaboração nas pesquisas acerca do sindicalismo docente e da avaliação crítica da estratégia democrática e popular.

Agradeço à Prof.a Maria Luiza Pinho Pereira, orientadora na graduação e que continuou me acompanhando e incentivando, com o seu rigor e acolhimento, durante todo esse percurso até a dissertação.

Pela avaliação crítica e formativa, agradeço as contribuições pertinentes e atenciosas dos membros externos da banca examinadora: Prof. Dr. Sadi Dal Rosso (Departamento de Sociologia da UnB), Prof.a Dr.a Regina Pedroza (Instituto de Psicologia da UnB) e Prof.a Dr.a Kátia Augusta Curado (Faculdade de Educação da UnB).

Pela análise crítica do manuscrito, agradeço imensamente aos amigos e camaradas Thomas Amorim, Antônio Carlos Andrade de Souza, Samara Marino e Antônio Carlos Victório. Além dos apontamentos textuais, no período da pesquisa tive inúmeras conversas sobre esse estudo com Alessandra Ferreira, Leila Maria de Jesus Oliveira, Camila Marques, Thiago Rodrigues e Matheus Castellani.

Pela força e incentivo de sempre, agradeço muito ao meu pai João Eufrauzino de Souza, minha madrasta Sheila Ferreira da Silva e irmã Jéssica Ferreira Mota. Que possamos experimentar mais domingos tranquilos. Amo vocês!

Na gestação do projeto de pesquisa, ainda em 2014, a companhia amorosa da Juliana Arraes foi decisiva. Esse período foi determinante para o desenvolvimento dessa investigação.

Pelo diálogo e interlocução, agradeço aos trabalhadores, colegas, amigos e camaradas da Universidade de Brasília; do Núcleo 13 de Maio de Educação Popular; da Intersindical – Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora; e do coletivo

de oposição sindical dos professores da rede pública de ensino do Distrito Federal – Esquerda Autônoma.

Faço um agradecimento institucional para a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e ao conjunto de trabalhadores responsáveis pelos tramites administrativos que possibilitaram o afastamento remunerado para estudos. O salário é determinante para a minha sobrevivência e sem ele essa pesquisa não seria realizada. Agradeço também aos trabalhadores do Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UnB, onde também cursei a graduação.

Agradeço aos amigos do Grupo de Estudos e Pesquisas em Materialismo Histórico-Dialético e Educação (Consciência) da UnB.

Agradeço aos queridos amigos da casa que compartilhei durante todo esse período da dissertação. Valeu Alê, Fabinho, Gediel, J. Ricardo, Josiane, Júlia, Natasha, Rafael Pops e Rafinha. Muito obrigado pela força nesse período!

Agradeço muito àqueles que aceitaram o convite para participar das entrevistas, que são centrais nessa pesquisa. Os nomes dos entrevistados não foram divulgados para a preservação da identidade.

Todos os posicionamentos desse trabalho, sobretudo os equívocos e problemas, são de minha inteira responsabilidade.

RESUMO

SOUZA, João Felipe de. **Estratégia democrática e popular e luta sindical docente no Distrito Federal**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília - UnB, 2017.

Esta pesquisa buscou conhecer como as professoras e os professores da rede pública de ensino do Distrito Federal enfrentam o Estado para assegurar os seus direitos. Inseridos em precárias condições de trabalho e atravessando, no cotidiano escolar, diversas situações de conflito e desgaste, esses trabalhadores da educação se organizam para transformações sociais que vão além das melhorias corporativas da sua categoria. Nesse sentido, foi necessário compreender como se constitui o processo de consciência daqueles trabalhadores que se colocam em movimento e se organizam coletivamente para superar a situação adversa em que estão submetidos. A pesquisa se concentrou em dois elementos centrais: a estratégia política predominante do nosso tempo, a estratégia democrática e popular, e o instrumento político que possibilita à categoria expressar suas reivindicações - o Sindicato dos Professores do Distrito Federal (SINPRO-DF). A investigação foi delimitada temporalmente entre os anos de 1996 e 1998, por ter sido a primeira experiência histórica em que tanto o sindicato docente, quanto o governo distrital estavam submetidos à estratégia democrática e popular. Além de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três militantes da categoria docente - duas diretoras sindicais e um professor da oposição. Tanto o Partido dos Trabalhadores (PT) quanto a Central Única dos Trabalhadores (CUT) são dois importantes instrumentos que materializaram a estratégia democrática e popular no Distrito Federal. No entanto, ao ser executada, essa estratégia acabou tornando-se o contrário do planejamento inicial. Esse trabalho buscou contribuir para o campo de reflexões que estão sendo feitas acerca da execução da estratégia política predominante do nosso tempo. Trata-se de uma sinalização da necessidade de avaliarmos criticamente os caminhos percorridos na história recente pela classe trabalhadora brasileira.

Palavras-chave: educação; processo de consciência; sindicato docente; estratégia democrática e popular.

ABSTRACT

SOUZA, João Felipe de. **Estratégia democrática e popular e luta sindical docente no Distrito Federal**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília - UnB, 2017.

This research has been an attempt to know how teachers (male and female) of the public system of schools of the Federal District (Brasília) confront the State in order to secure their rights. Faced with precarious labor conditions and having to meet several situations of conflict in their everyday life in the schools, these workers in education organize themselves for social changes that go beyond corporative improvements of their category of workers. In this sense, it was necessary to understand how the process of consciousness of those workers is built when they put themselves in movement and organize themselves collectively in order to overcome the adverse situation to which they are submitted. The research has been concentrated in two central elements: the predominant political strategy of our time, the democratic and popular strategy, and the political instrument that makes possible to the category to express its reivindications – namely, the Union of the Teachers of the Federal District (SINPRO-DF). The research had a temporal range between 1996 and 1998; this was the historical experience when both the District Government and the Teacher's Union were submitted to the popular and democratic strategy. Apart from the bibliographical, archival and field research, there also semi-structured interviews with three militants of the teacher's group – two Union females directors and one teacher of the opposition. Both the Worker's Party (PT) and the Unified Central of Workers (CUT) are two important instruments that materialized the democratic and popular strategy in the Federal District. However, once it was executed, this strategy ended up becoming the opposite of the initial plan. This work tried to contribute to the field of reflections that are being made about the execution of the predominant political strategy of our time. This is a sign of the need of a critical assessment of the routes taken by the Brazilian working class in the recent Brazilian history.

Keywords: education; process of consciousness; teacher's union; the democratic and popular strategy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quadro representativo de ações reivindicativas, com as principais mobilizações e conquistas, da categoria docente do Distrito Federal, considerando o recorte temporal das décadas de 1960 e 1970.

Quadro 2: Quadro representativo de ações reivindicativas, com as principais mobilizações e conquistas, da categoria docente do Distrito Federal, considerando o recorte temporal entre a década de 1980 até os dias atuais.

Quadro 3: Unidades temáticas que surgiram a partir da análise das entrevistas

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APDF	Associação dos Professores do Distrito Federal
APEMB	Associação de Professores do Ensino Médio de Brasília
APPDF	Associação Profissional dos Professores do Distrito Federal
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FE	Faculdade de Educação
GDF	Governo do Distrito Federal
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
NEP 13 de maio	Núcleo de Educação Popular 13 de maio
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POGE	Políticas Públicas e Gestão da Educação
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PT	Partido dos Trabalhadores
RCAAP	Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal
Rede ASTE	Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação.
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SEDF	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
SINPRO/DF	Sindicato dos Professores do Distrito Federal
SINPROEP/DF	Sindicato dos Professores das entidades de ensino particulares do Distrito Federal
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

RESUMO	09
ABSTRACT	10
LISTA DE QUADROS	11
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	12
INTRODUÇÃO	14
MÉTODO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
CAPÍTULO I	
1. PROCESSO DE CONSCIÊNCIA E PROFISSÃO DOCENTE	25
1.1 Senso comum e apassivamento	29
1.2 A luta coletiva e a consciência da reivindicação	35
1.3 Para além da reivindicação particular	49
CAPÍTULO II	
2. CICLOS E ESTRATÉGIAS POLÍTICAS	56
2.1 A estratégia democrático-nacional	58
2.2 Os fundamentos da estratégia democrática e popular	60
2.3 Estratégia democrática e popular em movimento	66
2.4 A estratégia democrática e popular no contexto do Distrito Federal	70
2.5 A estratégia democrática e popular: o que ela tende a ser?	85
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94
ANEXOS	98

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa buscou conhecer como as professoras e os professores da rede pública de ensino do Distrito Federal enfrentam o Estado para assegurar os seus direitos. Inseridos em precárias condições de trabalho e atravessando, no cotidiano escolar, diversas situações de conflito e desgaste, esses trabalhadores da educação se organizam para transformações sociais que vão além das melhorias corporativas da sua categoria.

Para as mulheres e homens que precisam trabalhar para sobreviver, os tempos atuais são duros e difíceis. Apesar de termos sido educados politicamente a acreditar no pacto social entre a classe trabalhadora e os grandes empresários, reafirmamos que o mundo em que vivemos ainda é marcado pela luta entre classes sociais com interesses históricos antagônicos. Queremos dizer com isso que dentro da ordem do capital o bem comum – um mundo de igualdade socioeconômica – não é possível de ser realizado, pois estamos inseridos em conflitos de classe que são inconciliáveis.

A burguesia se expande pelas mais diferentes latitudes do mundo e continua exercendo o seu poder econômico através da propriedade privada dos meios de produção e da exploração da força de trabalho. Submete a vida humana à necessidade de obtenção do lucro e se utiliza de formas políticas, jurídicas e ideológicas para que os seus interesses sejam assegurados. Isso significa que a organização da nossa sociedade está determinada pelos interesses do capital, que se articula com o Estado em suas mais variadas esferas para continuar exercendo a sua dominação.

Ao mesmo tempo em que busca impor a sua ordem pelo convencimento, cooptação e conciliação da classe trabalhadora, a burguesia também emprega a violência através dos seus variados instrumentos de repressão. Isso fica nítido nas diversas expressões de reivindicação de direitos, seja nos locais de moradia, de estudo e de trabalho. As ocupações e manifestações tem sido reprimidas brutalmente pelo Estado e sua polícia.

Dito isso, estamos convencidos que a sociabilidade burguesa se intensificou e fragilizou ainda mais as condições de sobrevivência da classe trabalhadora (Paulo Netto, 2012). Viver de forma digna está cada vez mais difícil. São muitos obstáculos para se conseguir um emprego, sustentar a família, ter acesso a moradia, alimentação e demais direitos básicos de sobrevivência. Como forças poderosas que operam contra a emancipação da vida humana, o capital e o seu Estado tornam as relações sociais cada vez mais

embrutecidas e marcadas pela alienação e o estranhamento (IASI, 2002, p. 207). Isso significa que está também mais difícil para se organizar coletivamente e lutar.

As professoras e os professores da rede pública de ensino do Distrito Federal são trabalhadores do Estado, que por sua vez está submetido ao capital e tem a função social de assegurar a dominação de uma classe sobre a outra. Essa é a essência da função social do Estado, apesar dos inúmeros esforços dos trabalhadores de lutar, por dentro, contra essa ordem. Nesse contexto, os professores são assalariados que vendem a sua força de trabalho e oferecem um serviço de uso público: a educação. Através do salário, eles tem condições objetivas de sustentar a si mesmos e contribuir para o sustento da família: irão se alimentar, se vestir, morar e ter acesso a uma infinidade de mercadorias vinculadas ao conhecimento, arte, cultura, lazer, saúde, etc. Os professores da rede pública de ensino fazem parte da classe trabalhadora contemporânea:

uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e todas aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital (ANTUNES, 2009, p. 103)

Esses trabalhadores da educação conduzem processos pedagógicos e também aprendem enquanto ensinam. São profissionais que constroem didáticas específicas ao contexto em que atuam, o que exige considerar as características individuais e coletivas dos participantes dessa experiência educativa. Planejam o processo pedagógico, criando as condições objetivas e subjetivas necessárias para que os estudantes possam conhecer o mundo e intervir na realidade em que estão inseridos. Para isso, exige-se desse profissional uma formação epistemológica sólida, inclusive para superar a perspectiva do professor que apenas segue manuais e reproduz práticas sem analisá-las criticamente.

Os professores planejam a sua atividade docente, tem determinadas intencionalidades, escolhem conteúdos que precisam se expressar de diferentes formas, se utilizam de variadas técnicas e metodologias para por esse planejamento em prática. Para além do necessário exercício de reflexão e investigação sobre a própria prática docente, o ato de conhecer a realidade – que está em movimento – exige que o profissional docente tenha um posicionamento crítico e científico para, sobretudo, produzir conhecimento.

Esses profissionais executam o que planejaram previamente e nessa realização são frequentemente surpreendidos com os retornos dos estudantes. Ou seja, os caminhos

percorridos na interação pedagógica são repletos de novidades e muito do que acontece em sala de aula não estava – e nem poderia estar – planejado previamente. É a partir da realização concreta que esses trabalhadores da educação podem avaliar as consequências desse percurso e então refazer caminhos. Essa avaliação formativa profissional exige o planejamento de novas ações e procedimentos pedagógicos que, ao se realizarem outra vez, irão gerar novas consequências e exigirá um novo planejamento. Esse movimento educativo de idealizar, planejar, materializar, avaliar e planejar novas intervenções tem como finalidade central o aprendizado dos sujeitos, o que causa ao mesmo tempo o aprendizado do próprio profissional docente.

No entanto, esse fazer pedagógico nunca foi fácil e causa adoecimento. Emílio Gennari (2014, p. 01) diz que os professores são cotidianamente “chamados a vivenciar o conflito entre a realidade, suas expectativas e as prescrições institucionais, e muitas vezes veem a escola tornar-se pesada, frustrante e insuportável”. Esses trabalhadores sonham com práticas pedagógicas que apesar de estarem prescritas nos documentos oficiais são cotidianamente frustradas pelo que ocorre na realidade imediata da escola.

Os profissionais da educação trabalham em condições degradantes, com salários insatisfatórios e sofrendo graus cada vez mais elevados de adoecimento. É a partir dessa situação concreta de precarização que a categoria docente busca formas de resistir e lutar pelos seus direitos (RÊSES, 2015).

Essas vivências de conflito e desgaste nos locais de trabalho são a base material que podem contribuir para o avanço do processo de consciência desses trabalhadores. Situações de atraso nos salários, não pagamento de reajustes conquistados nas lutas coletivas, orçamento insatisfatórios para o funcionamento adequado da escola e ausência de profissionais podem gerar indignação e raiva nesses trabalhadores, levando-os a se movimentarem e buscarem formas de reivindicar por melhores condições de trabalho.

Quando saem da situação de acomodação e passividade, a consciência dos trabalhadores avança. Nesse sentido, para conhecer os elementos determinantes que guiaram as lutas coletivas da categoria docente, foi necessário compreender como se constitui o processo de consciência daqueles que se colocam em movimento e se organizam para superar a situação em que estão submetidos. Em outras palavras, consideramos que “estudar o processo de consciência é refletir sobre a ação dos indivíduos e das classes em sua pretensão de mudar o mundo” (IASI, 2014, p. 13).

Esse estudo é motivado pela análise do ciclo histórico que vivemos, onde as ações de transformação social da esquerda são orientadas, de forma predominante, pela estratégia democrática e popular. A nossa hipótese é que essa perspectiva teórico-política majoritária nas forças de esquerda de nosso tempo (NEVES ET al, 2014), apresenta elementos fundantes que produziram uma cultura política e também um ser social militante com uma consciência correspondente.

Essa estratégia formou um determinado sujeito coletivo que busca lutar pelas causas sociais e levar essas demandas para serem atendidas pelo poder público. Simultaneamente, nos marcos dessa estratégia, é necessário ocupar espaços no próprio Estado, sobretudo para que essas reivindicações sejam atendidas por essas mesmas forças progressistas.

No entanto, o ponto mais desenvolvido dessa formulação está ciente que essas demandas não podem ser atendidas pelo Estado. Nesse sentido, essa pressão reivindicativa vinda da participação popular é pedagógica, pois em última instância iria demonstrar para o povo os limites do Estado, e assim o povo exigiria a ruptura da ordem e lutaria por uma sociedade socialista. Tanto o Partido dos Trabalhadores (PT) quanto a Central Única dos Trabalhadores (CUT) são dois importantes instrumentos que materializaram essa estratégia e começaram a sua história afirmando a luta socialista e a ruptura da ordem do capital. Será nosso objetivo avaliar criticamente como se deu essa estratégia no âmbito da luta docente no Distrito Federal.

No entanto, se o plano inicial era a ruptura socialista, esses dois instrumentos passaram a admitir a manutenção da sociabilidade burguesa e buscar avanços que – embora possam melhorar as condições de sobrevivência da população mais pobre – não colocam em risco a reprodução da ordem do capital.

A minha experiência particular de militância política enquanto trabalhador também foi resultado da cultura produzida pela estratégia democrática e popular. Trata-se de uma estratégia que se generalizou no campo da esquerda, sejamos militantes ou não do partido predominante.

Esse percurso começa na graduação em Pedagogia (2003-2009) e o meu foco central era a educação de jovens e adultos trabalhadores, numa perspectiva libertadora a partir dos princípios de Paulo Freire. A luta política buscava assegurar o direito à educação básica desses sujeitos, com a clareza de que o problema que buscávamos superar

tinha origem na sociedade capitalista. É parte da estratégia democrática e popular vincular um final revolucionário às lutas sociais imediatas.

Em 2009 me tornei professor da rede pública de ensino do DF e rapidamente senti o processo de precarização das condições de trabalho no corpo, nos músculos enrijecidos, nas emoções, nas crises de ansiedades e na mente.

Entre os anos 2011 e 2014, participei de um governo democrático e popular no Distrito Federal. A hipótese inicial era que o Estado estava em disputa e se nós – democraticamente – ocupássemos aquele espaço ele poderia atender às necessidades básicas da população e aos direitos sociais negados historicamente. Ao contrário de antes, agora ele estaria sob uma direção progressista para assegurar os interesses da classe trabalhadora. Um detalhe é muitas vezes ocultado: apesar das trocas democráticas na direção do Estado – sejam mais à esquerda ou mais à direita – é a ordem do capital que continua determinando as políticas públicas fundamentais.

Se nós, professores militantes da base, lutávamos coletivamente para que as nossas reivindicações fossem incorporadas pelo poder público através dos mecanismos de participação popular, agora o cenário se alterava: nós mesmos poderíamos realizar as mudanças que tanto almejávamos. No entanto, ao executarmos a estratégia, produziu-se também uma enorme frustração, sobretudo porque a expectativa inicial era que a nossa gestão do Estado pudesse propiciar as mudanças, pelo alto do governo, as mudanças tão necessárias.

É a partir dessa experiência de estranhamento em relação à execução da estratégia democrática e popular, com as contradições dessa realização, que se inicia o interesse por realizar essa pesquisa:

O impacto desta vivência produz o que se chamou de “clic”. **Apesar de entendermos o processo de consciência como movimento, destacamos que neste movimento há momentos de ruptura, de salto de qualidade [...].** Na verdade, este aspecto é que os psicólogos chamariam de insights, ou seja, a forma como um determinado conteúdo teve acesso à consciência permitindo uma certa compreensão de algo antes obscuro (IASI, 2012, p. 257-258, grifo nosso).

Esse contexto me moveu a realizar essa pesquisa. A intenção era avaliar a relação da estratégia democrática e popular no âmbito sindical docente. No Distrito Federal,

houve duas experiências que poderiam ser analisadas: o Governo Cristovam Buarque (1995-1998) e o Governo Agnelo Queiroz (2011-2014), que eu pude participar efetivamente. Escolhi analisar a primeira experiência, por se tratar de um período em que a estratégia esteve em seu período mais qualitativo. Tanto o governador Cristovam Buarque quanto a vice-governadora Arlete Sampaio eram do mesmo partido que iria colocar em prática a estratégia.

A direção do SINPRO-DF também era formada por professores militantes do mesmo partido. Aparentemente, essa unidade partidária possibilitaria maiores avanços tanto para a gestão quanto para o sindicato. No entanto, essa estratégia ao ser realizada no Distrito Federal, acabou produzindo efeitos contrários ao que foi planejado inicialmente. Foi um momento de intenso conflito entre os interesses inconciliáveis do capital e o seu Estado e dos trabalhadores.

Busquei identificar e revelar os elementos determinantes que conduziram a luta sindical da categoria docente nos períodos de governo democrático e popular. Partindo do pressuposto que “a consciência de classe se expressa nos instrumentos políticos, nas suas práticas organizativas que emergem como forma de enfrentar os problemas colocados pelo real” (NEVES *et al*, 2014, p. 359), foi necessário compreender o funcionamento do principal instrumento político da categoria docente, o sindicato.

O comportamento da categoria dos professores está vinculado à estratégia política predominante que orienta o conjunto da classe trabalhadora:

quando falamos de um determinado comportamento da classe trabalhadora, *devemos relacioná-lo à uma estratégia determinante em um certo período histórico*, não como uma escolha arbitrária de uma certa direção ou vanguarda, mas como uma síntese que expressa a maneira como uma classe buscou compreender sua formação social e agir sobre ela na perspectiva de sua transformação (IASI, 2012, p. 03 – grifo nosso).

Nesse sentido, foi necessário considerar dois elementos centrais: a estratégia política predominante do nosso tempo, a estratégia democrática e popular, e o instrumento político que possibilita que a categoria expresse suas reivindicações, o Sindicato dos Professores do Distrito Federal (SINPRO-DF).

Diante desse contexto, parto da seguinte **pergunta de pesquisa**:

- Como a estratégia predominante no período 1995-1998, a estratégia democrática e popular, orientou a luta sindical do SINPRO-DF?

Considerando a abrangência da questão, a investigação será delimitada temporalmente no período de 1995 a 1998, por ter sido o período em que conflito entre sindicato e governo – ambos submetidos à estratégia democrática e popular – foi mais intenso. A escolha do objeto de estudo, portanto, será **a estratégia democrática e popular e a sua relação com a luta sindical docente**.

Nesse sentido, temos como **objetivo geral** dessa pesquisa:

- Compreender a estratégia democrática e popular e a sua relação com a luta sindical docente durante o período de 1995 a 1998.

E os **objetivos específicos**:

- Identificar os elementos centrais da estratégia democrática e popular e conhecer a sua formação a partir da estratégia política anterior, a estratégia democrático-nacional.
- Identificar os elementos que constituíram a luta sindical nesse período histórico junto aos professores que fizeram parte de direções sindicais da categoria ou de grupos organizados de base e que ainda atuam na luta sindical dos dias de hoje.

Método e procedimentos metodológicos

A dialética intranquiliza os comodistas, assusta os preconceituosos, perturba desagradavelmente os pragmáticos ou utilitários. Para os que assumem, consciente ou inconscientemente, uma posição ou compromisso com o modo de produção capitalista, a dialética é “subversiva”, porque demonstra que o capitalismo está sendo superado e incita a superá-lo.

Leandro Konder¹

O método de investigação utilizado nessa pesquisa exigiu uma análise a partir das relações sociais materiais, objetivas e concretas que os indivíduos estão inseridos, considerando, sobretudo, as contradições intrínsecas dessas relações, o fato de estarem interligadas com outras dimensões sociais e o exercício de ir além da epiderme dos fatos. No entanto, é necessário revelar desde o início que

o método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a objeto que foi recortado para uma investigação determinada (...); o método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações” (PAULO NETTO, 2011, p. 53-54).

A partir desse pressuposto, foi necessário realizar um esforço de análise que buscou enxergar para além da aparência dos fenômenos, a fim de identificar os elementos determinantes que produzem essa realidade em movimento e que muitas vezes não estão visíveis na superfície dos acontecimentos. Nessa perspectiva, a categoria da *mediação* foi indispensável nessa pesquisa:

Para que o nosso conhecimento avance e o nosso laborioso (e interminável) descobrimento da realidade se aprofunde – quer dizer: para nós podermos ir além das aparências e penetrar na essência dos fenômenos – precisamos realizar operações de síntese e de análise que esclareçam não só a dimensão imediata como também, e, sobretudo, a dimensão mediata delas. A experiência nos ensina que em todos os objetos com os quais lidamos existe uma dimensão *imediate*, que nós percebemos imediatamente, e existe uma dimensão *mediata*, que a gente vai descobrindo, construindo ou reconstruindo aos poucos (KONDER, 1994, p. 47, grifo nosso).

¹ Konder, Leandro. O que é dialética. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 86.

Isso significa dizer que os eventos episódicos de luta da categoria docente - como atos, piquetes, assembleias, passeatas, ocupações e greves, etc - são necessários como ponto de partida, sendo a partir dessa realidade empírica e fenomênica que se inicia o trabalho de investigação do pesquisador (PAULO NETTO, 2011, p. 22).

Esse método funciona como um bumerangue que parte do imediato, se movimenta, faz o percurso e volta. Trata-se de uma análise da realidade em que o concreto “teria de ser definido em duas expressões distintas. Num primeiro momento como *concreto aparente*, depois como uma *rica totalidade de determinações e relações complexas* reveladas pela análise e pela apropriação do concreto enquanto *concreto pensado*” (IASI, 2014, p. 122).

A pesquisa evitou fragmentar o objeto. Foi necessário, ao contrário, localizá-lo num espectro mais amplo da realidade, articulando-o numa perspectiva mais abrangente e interligada. Partimos do pressuposto que “a realidade social é uma totalidade, ou seja, um conjunto de partes que, tendo o trabalho como sua matriz, vai se configurando ao longo do processo histórico-social. O que significa que nenhuma dessas partes pode ser compreendida sem que seja apreendida a sua relação com os outros momentos da realidade social” (TONET, 2009, p. 15). Por esse motivo, a categoria *totalidade* também foi utilizada nesse trabalho. Nas palavras de Konder:

em cada ação empreendida, o ser humano se defronta, inevitavelmente, com problemas interligados. Por isso, para encaminhar uma solução para os problemas, o ser humano precisa ter uma certa visão de conjunto deles: é a partir da visão de conjunto que a gente pode avaliar a dimensão de cada elemento do quadro (1994, p. 36).

Junto com as categorias *mediação* e a *totalidade*, a pesquisa utilizou ainda a *contradição* como categoria central, por reconhecê-la como motor da realidade social. Por essa relação de confronto, luta e choque é que as contradições da sociedade colocam a realidade em movimento. Nesse sentido, Lefebvre e Guterman destacam que “a contradição existe nas coisas e só existe na consciência e no pensamento porque existe nelas. Mas a consciência da contradição define uma atividade que se desenvolve com uma coerência imanente: o pensamento dialético” (2011, p. 21).

Em resumo, as três categoriais nucleares que guiaram essa investigação foram as seguintes: mediação, contradição e totalidade (PAULO NETTO, 2011, p. 56). No método que utilizamos nessa pesquisa, o movimento de análise parte do concreto – muitas vezes caótico e desarticulado – para identificarmos a origem, natureza e a função social do objeto. No caminho de volta desse movimento de análise, retomamos ao concreto – agora como um concreto pensado –, buscando articular as múltiplas determinações que produziram essa realidade.

Nesse sentido, é necessário explicitar que os “instrumentos e técnicas são meios de que se vale o pesquisador para *apoderar-se da matéria*, mas não devem ser identificados com o método: instrumentos e técnicas similares podem servir (e de fato servem), em escala variada, a concepções metodológicas diferentes” (PAULO NETTO, 2011, p. 26 – grifo nosso). Para se alcançar de forma mais precisa o objeto de pesquisa, considerando o tempo disponível e a viabilidade da investigação, foram utilizados os seguintes instrumentos e técnicas de investigação:

- pesquisa bibliográfica;
- pesquisa em bases sindicais: documentos originais, jornais, textos, boletins e revistas de organizações sindicais e cadernos de formação política;
- observação participante em variados espaços da categoria docente: local de trabalho, reunião em nível regional, assembleias e atividades diversas de formação;
- entrevistas de roteiro semiestruturado com professores que se dedicaram à luta sindical – direção e oposição - o que exigiu considerar não apenas as ações práticas de militância, mas também a formação político-teórica que constituíram esses sujeitos.

A dissertação está estruturada em dois capítulos. O primeiro – Processo de consciência e profissão docente – tem como objetivo apresentar os elementos que contribuem para o processo de formação da consciência das professoras e professores, destacando o movimento entre o apassivamento e as reivindicações que vão além dos interesses particulares de uma categoria.

O segundo capítulo, intitulado – Ciclos e estratégias predominantes – analisa a estratégia política predominante do nosso tempo, a estratégia democrática e popular. No entanto, para indicar os fundamentos dessa estratégia, foi necessário dar um passo atrás

e compreender a estratégia anterior que foi predominante durante as décadas de 1930 e 1960, a estratégia democrático-nacional. A pesquisa reflete sobre a execução da estratégia democrática e popular no Distrito Federal nos anos de 1995 a 1998 e a sua relação com a luta sindical docente. Por fim, o trabalho aponta algumas tendências acerca da execução e dos limites dessa estratégia política.

CAPÍTULO I

PROCESSO DE CONSCIÊNCIA E PROFISSÃO DOCENTE

A contradição, como tal, é destrutiva;
ela é criadora enquanto obriga a encontrar uma solução e uma superação.
(...) A vida é esta superação.
Constantemente, a contradição reaparece na vida.
Constantemente, ela deve ser vencida.

Lefebvre e Guterman²

O território em que vivem as professoras e os professores da rede pública de ensino do Distrito Federal tem aproximadamente 03 (três) milhões de habitantes e uma realidade marcada por uma desigualdade socioeconômica gritante:

É importante destacar que, embora em termos de renda média o Distrito Federal detenha valor elevado, ao desagregar os dados por Região Administrativa, um novo contexto aparece, **evidenciando o elevado nível de desigualdade interna existente no DF**, mensurado pelo Coeficiente de Gini², de 0,468. **Verifica-se que a diferença entre a maior renda domiciliar média (Lago Sul) é 11 vezes maior que a menor renda (Estrutural) e em termos de renda per capita, essa diferença é de 16 vezes**, fazendo com que o coeficiente de Gini seja de 0,468. (CODEPLAN, 2016 – grifo nosso).

Essa desigualdade é resultado do funcionamento da ordem do capital. As suas crises cíclicas e periódicas aumentam a barbárie social. Essa é a base material objetiva que produz a consciência dos seres sociais do nosso tempo.

A consciência e a subjetividade do sujeito são forjadas a partir da internalização das suas relações sociais, considerando as relações concretas do tempo histórico em que esses sujeitos vivem – o caldo cultural em que estão imersos – é fundamental considerar a base material da sociedade em que professores vivem.

São as condições objetivas do ser social, mediadas pelo trabalho, que produzem a consciência. Objetividade e subjetividade fazem parte de uma unidade dialética e es-

² Lefebvre, Henri e Guterman, Norbert. *Introdução*. In: Lênin, Wladimir Ilitch, 1870-1924. Cadernos sobre a dialética de Hegel / V. I. Lênin; tradução de José Paulo Netto. - Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011, p. 26.

tão interligadas. O pressuposto materialista considera que é o modo de produção e reprodução da vida que contribui substancialmente para a formação da subjetividade desses sujeitos. Os valores, ideias, moral, religião, cultura, práticas sociais e formas de consciência de cada tempo histórico não existem sem uma base material objetiva que as produza.

A partir do método que será o nosso referencial nessa pesquisa, buscaremos compreender as contradições que colocam essa realidade em movimento e que formam a subjetividade dos seres sociais no nosso tempo atual:

não se julga o indivíduo pela ideia que faz de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. (MARX, 2008, p. 48).

As relações sociais construídas historicamente, tendo como base o modo de produção vigente de cada época – tribal, comunal, escravista, feudal e capitalista – definem, em última instância, a consciência do ser social daquele tempo.

Em síntese:

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. **O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência** (MARX, 2008, p. 47 – grifo nosso)

No entanto, o vínculo entre a materialidade da vida social e as ideias dos seres humanos de determinado período histórico não ocorre de forma mecânica ou automática. A consciência vai sendo formada a partir da concretude da vida material e das suas respectivas contradições.

Os indivíduos produzem historicamente os bens necessários para sua existência, transformando a natureza, estabelecendo uma relação de intercâmbio com ela e nesse mesmo movimento – dialeticamente – os indivíduos transformam a si mesmos e tam-

bém as suas relações sociais (MARX & ENGELS, 2007). O pressuposto materialista considera o percurso da história como uma realidade em movimento, atravessando constantes transformações e permeada por contradições.

Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. (MARX & ENGELS, 2007, p. 94).

Estamos nesse momento da história submetidos ao modo de produção capitalista como forma predominante de organização social. No entanto, as contradições geradas por essa sociabilidade – como a barbárie e a miséria – não impactam ou não causam revolta imediata no conjunto de indivíduos que participam da vida social. Estranhamente, o esperado é que os indivíduos se amoldem a forma social predominante, mesmo que essa organização seja um obstáculo para a realização das suas necessidades básicas ou de expressar a sua humanidade.

Se estamos numa sociedade dividida por classes sociais, em que uma domina a outra, era de se esperar que a classe trabalhadora se revoltasse e buscasse formas de resistência para superar a ordem do capital. No entanto, o senso comum da classe que está sendo derrotada no jogo social não considera que a ordem do capital é tão ruim assim e não acha que as coisas irão ou devem mudar.

Embora seja um tema ainda pouco pesquisado no âmbito acadêmico, sobretudo na Universidade de Brasília, compreender o processo de consciência é relevante para o fortalecimento dos instrumentos de organização e luta da classe trabalhadora:

Toda a literatura nacional e internacional sobre sindicalismo, desde a formulação do marxismo clássico até a contemporaneidade, sempre apontou para o peso da consciência na organização sindical, da ideologia e da política. Além de condições materiais e objetivas, fazem-se necessárias condições imateriais, subjetivas, particularmente aquelas que permitem o desenvolvimento de ações coletivas, em que consiste o cerne da organização sindical (DAL ROSSO; CRUZ E RÊSES, 2011, p. 129).

O mapeamento das pesquisas sobre processo de consciência de classe foi realizado a partir do Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto – Oasisbr³,

³ Segundo a informação oficial do site, o “Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica - Oasisbr é um mecanismo de busca multidisciplinar que permite o acesso gratuito à produção científica de autores vinculados a universidades e institutos de pesquisa brasileiros”. Tem como fontes coletadas: Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações, Repositórios Institucionais, Revistas Eletrônicas e o Repositório

vinculado ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Esse portal brasileiro tem como fontes coletadas: Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações, Repositórios Institucionais, Revistas Eletrônicas e o Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP).

Foram encontrados 108 produções acadêmicas em língua portuguesa, sendo: 41 dissertação, 23 artigos científicos e 04 trabalhos de conclusão de curso. Para este levantamento foi utilizada “consciência de classe” como a principal palavra-chave nos filtros de busca. Dentre essas produções acadêmicas, as universidades federais que mais investigaram sobre o processo de consciência de classe foram:

- Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) com 34 produções acadêmicas, sendo 19 teses de doutorado, 13 dissertações de mestrado e 02 artigos;
- Universidade de São Paulo (USP) com 15 produções acadêmicas, sendo 06 teses de doutorado, 08 dissertações de mestrado e 01 artigo científico;
- Universidade Estadual Paulista (UNESP) com 09 produções acadêmicas, 02 teses de doutorado, 06 dissertações de mestrado e 01 artigo científico.

Embora seja referência no campo de pesquisa sobre sindicalismo, sobretudo o sindicalismo docente, o Repositório Institucional da Universidade de Brasília (UnB) não registra em seu acervo digital de teses e dissertações defendidas, a partir de 2006, produções acadêmicas específicas sobre o processo de consciência de classe.

No Brasil, destacam-se dois pesquisadores: Mauro Luis Iasi, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Paulo Sérgio Tumolo, professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). As suas respectivas investigações foram amplamente utilizadas como referência neste projeto de pesquisa.

1.1 Senso comum e apassivamento

Parafrazeando Reich (1974), Mauro Iasi ressalta que “o que devemos hoje explicar não é porque as pessoas se rebelam contra a ordem do capital, o que é, de certa forma, simples; mas porque a maioria não o faz e se submetem passivamente à ordem que a mantém na exploração” (2013, p. 169).

Vamos recolocar a pergunta. O que devemos hoje explicar não é porque os professores se rebelam contra a precarização na educação. A nossa pergunta deveria ser outra. Por que a maioria se submete passivamente quando perde direitos e tem suas condições básicas de vida ameaçadas? Por que não nos rebelamos?

O comportamento da classe trabalhadora atualmente é marcado pela passividade e conservadorismo. Embora essas características nunca tenham deixado de existir entre aqueles que estão submetidos à ordem dominante, nos últimos anos essa forma acomodada de comportamento tem se apresentado de forma substancial. Mas nem sempre foi assim: o século XX, durante alguns momentos singulares, foi marcado por revoluções que visavam à ruptura da ordem capitalista.

Nos anos 1980, por exemplo, período de redemocratização do país e do fim da ditadura militar, as lutas sociais estavam em ascensão no Brasil. Por outro lado, na esfera mundial, o fim da União Soviética e a queda do Muro de Berlim foram acontecimentos que tiveram um impacto significativo para a mudança nos rumos da história. A situação da classe trabalhadora piorou de forma considerável depois desses fatos. Foram derrotas objetivas e também subjetivas.

O fracasso de uma das primeiras experiências socialistas da história não invalida o pensamento revolucionário de Marx e Engels, embora a ideia inversa tenha influenciado grande parte da sociedade e, em especial, da intelectualidade. Nota-se que esse fato é verificado pelo empobrecimento das análises do real e da cultura política predominante de nosso tempo.

Fomos sendo educados a buscar apenas a melhorar a realidade, como se tivéssemos como tarefa histórica a administração da pobreza. Não vemos horizonte para além da imediatividade. Os projetos coletivos de horizonte estão fragilizados pela ansiedade militante de pensar o imediato como algo central. A necessidade pragmática da

tática e do ativismo acaba ocultando a necessidade de discutir a estratégia e os planos de longo prazo.

De lá para cá, parece não haver mais espaço para mudanças grandiosas: mesmo no campo da esquerda⁴ há uma tendência predominante de ignorar a existência da luta de classes como conflito central da atual sociedade. Como desdobramento, recusa-se também a possibilidade de construção da emancipação humana pela ruptura socialista.

A linha teórica de matriz pós-moderna – inclusive com ampla influência nos movimentos de esquerda – avalia que a luta de classes acabou e que a perspectiva da revolução não faria mais sentido no século XXI. Isso significa, portanto, que houve um recuo na consciência de classe nas últimas décadas.

No momento em que a classe trabalhadora vê seus direitos sendo retirados e o campo da esquerda fragmentado e disperso, nos parece ser um momento mais do que necessário para discutir o processo de consciência.

Partimos da consideração de que todos os indivíduos possuem alguma consciência da sua realidade imediata. O senso comum é a expressão disso e pode ser definido como uma “concepção de mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem” (GRAMSCI, 1999, p. 114).

Nesse sentido, o processo de consciência está intimamente vinculado às relações sociais que o indivíduo participa, o que em outras palavras quer dizer que “a consciência é, antes de mais nada, uma relação, isto é, minha consciência são minhas relações” (IASI, 2012, p. 125).

Nessas relações sociais, o indivíduo compartilha valores, ideias, práticas, formas de comportamento e percepções da realidade. Essa cultura vivenciada vai consolidando uma identidade de grupo e uma leitura de mundo que pertence à maioria dos indivíduos daquele grupo social (GENNARI, 2002).

A forma de comportamento predominante no senso comum é o apassivamento. Essa primeira forma de consciência respalda ou justifica a natureza das relações sociais

⁴ Um desses teóricos é Boaventura de Sousa Santos, que na sua perspectiva pós-moderna, por exemplo, põe em questão a distinção entre a aparência e a essência. Sobre esse tema, ver mais em: PAULO NETTO, José. Relendo a teoria marxista da história. In: D. Saviani et alii. (Org.). História e história da educação. O debate teórico-metodológico atual. Campinas: Autores Associados, 1998.

da ordem dominante e que muitas vezes acabam sendo reafirmadas nas outras experiências do indivíduo. Apesar de ter sua condição de vida inviabilizada, com dificuldades de se sustentar, de ter um emprego, de ter acesso à alimentação, vestuário e moradia, mesmo assim a tendência é que indivíduos se acomodem a essa ordem:

A história mostra que tanto a vontade coletiva de mudar os rumos dos acontecimentos, como a situação de passividade das massas, tem como pressuposto a existência de uma cultura que durante um longo período de tempo se consolidou no meio daquele grupo de pessoas. [...] Neste ambiente, o povo simples desenvolve suas crenças, seu caráter, suas interpretações dos acontecimentos e das relações de poder presentes na sociedade. Nele, forja conceitos e expressões que reúnem as vontades dispersas dos indivíduos e servem de base para sua comunicação e práticas diárias (GENNARI, 2002, p. 03).

É no ambiente familiar que os indivíduos vivenciam as suas primeiras relações. Nessa fase inicial da vida, o indivíduo incorpora aquela cultura doméstica, com os valores e práticas correspondentes. O mundo é lido e interpretado a partir das suas conexões e referências restritas e imediatas, ou seja, a “consciência, naturalmente, começa por ser apenas consciência acerca do ambiente sensível mais imediato” (MARX & ENGELS, 2009, p. 44). No processo de sociabilidade em outros contextos e relações sociais ampliadas, os indivíduos reproduzem aqueles valores imediatos e ao entrar em choque com outras formas de expressão, valores e práticas sociais vão reelaborando o seu processo de consciência.

É nessa perspectiva que os indivíduos vão formando e consolidando a consciência que tem de si mesmos e do mundo. No entanto, o processo de consciência se altera a partir do momento em que essas ideias formadas entram em contradição com o mundo externo, com a realidade objetiva. Na medida em que o sujeito vai ampliando suas experiências, abrem-se possibilidades para outras vivências, leituras e perspectivas. São essas as significativas contradições da primeira forma de consciência.

Em síntese, a pessoa

vive as novas relações, julgando-as e buscando compreendê-las, com o mesmo arcabouço de valores que antes orientavam sua vida, de forma que a introjeção de novos valores acaba provocando uma contradição, que é vivida pelo indivíduo como um **conflito subjetivo** (IASI, 2007, p. 28 – grifo nosso).

A atual forma de sociabilidade – o modo capitalista de produção e reprodução da

vida humana – submete os indivíduos à obtenção do lucro e as relações sociais são movidas predominantemente pela competição e o individualismo. Mas se os indivíduos sofrem cotidianamente, se as relações sociais são desumanizantes, se trabalham em precárias condições, se sofrem calotes do governo, uma pergunta se coloca: por que então eles não se revoltam?

As relações sociais determinadas pela classe dominante são a base material daquilo que vai sendo estruturado internamente na personalidade dos indivíduos. Os indivíduos vivenciam a sociabilidade burguesa e se amoldam a partir das normas, valores e modelos de conduta vigentes. Destacaremos, a seguir, as principais características do senso comum, enquanto primeira forma de consciência:

1. a vivência de relações que já estavam preestabelecidas como realidade dada;
2. a percepção da parte pelo todo, onde o que é vivido particularmente como uma realidade pontual torna-se “a realidade” (ultrageralizacão);
3. por esse mecanismo, as relações vividas perdem seu caráter histórico e cultural para se tornarem naturais, levando a percepção de que “sempre foi assim e sempre será”;
4. a satisfação das necessidades, seja da sobrevivência ou do desejo, deve respeitar a forma e a ocasião que não são definidos por quem sente, mas pelo outro que tem o poder de determinar o quando e como;
5. essas relações não permanecem externas, mas se interiorizam como normas, valores e padrões de comportamento, formando com o SUPEREGO, um componente que o indivíduo vê como dele, como autocobrança e não como uma exigência externa;
6. na luta entre a satisfação do desejo e a sobrevivência, o indivíduo tende a garantir a sobrevivência, reprimindo ou deslocando o desejo;
7. assim, o indivíduo submete-se às relações dadas e interioriza os valores como seus, zelando por sua aplicação, desenvolvimento e reprodução (Iasi, 2007, p. 18).

Para o senso comum, tudo aquilo que ele sente ou sofre não é necessariamente resultado de determinações econômico-políticas do atual modo de produção. O que ele sente no imediato acontece porque foi sempre assim, isso faz parte de qualquer sociedade, de qualquer governo, de qualquer forma de organização. Há, portanto, uma naturalização da situação de exploração:

Podemos dizer que trata-se de um processo de constante **naturalização das relações históricas que as classes vivenciam no seu cotidiano**. Ou seja, a exploração, a dominação, a marginalização social, a pobreza e todo tipo de dificuldade que o povo simples enfrenta na sua

luta diária pela sobrevivência não aparecem como sendo produto de determinadas relações sociais de produção que se desenvolvem num contexto histórico e atendem a interesses bem definidos, e sim como componentes naturais de qualquer sociedade, como algo que sempre existiu e, apesar do variar de suas formas, sempre existirá. Se já era e é assim... é natural que sempre será assim! (GENNARI, 2002, p. 12 – grifo nosso).

É partir desse cenário que se expressa o sujeito apassivado, aquele que apesar da situação adversa não sente raiva, nem indignação. Ele se acomoda porque simplesmente espera as coisas acontecerem. Não se coloca em movimento, não busca estar com outros que sofrem a mesma situação. No caso da categoria docente, esses são os “professores que esperam acontecer”, pois apenas assistem pacificamente o desenrolar da história, sem o seu engajamento:

[...] a imagem típica do cidadão comum, o **“homem que espera acontecer”** [...] é ainda um homem que vive de saudades, que até pode estar lendo ansiosamente os jornais diários, mas que por não penetrar na essência dos fatos é seguidamente surpreendido pela história. Pertence à sociedade, mas age nela sem tomar partido (Idem, 2002, p. 13 - grifo nosso).

Para melhor compreender a forma apassivada da consciência dos professores, será necessário compreendemos como as ideias são produzidas e como os valores do senso comum são reforçados. Nesse sentido, utilizaremos como referência o conceito de ideologia, embora esse termo possa ter diferentes significados:

Ninguém propôs ainda uma definição única e adequada de ideologia, e este livro não será uma exceção. E isso não porque as pessoas que trabalham nessa área sejam notáveis por sua pouca inteligência, mas porque o termo “ideologia” tem toda uma série de significados convenientes, nem todos eles compatíveis entre si. Tentar comprimir essa riqueza de significado em uma única definição abrangente seria, portanto, inútil, se é que possível. A palavra “ideologia” é, por assim dizer, um texto, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais (EAGLETON, 1997, p. 15).

Uma primeira questão a ser observada é que ideologia não é apenas um mero conjunto de ideias ou frases que, ao serem combatidas, a realidade objetiva vai se alterando. Conforme já ressaltamos anteriormente, essas ideias são produzidas e sustentadas por uma base material. Ao mesmo tempo, o termo ideologia também se vincula a fabricação de significados e valores na realidade social, sobretudo quando essas ideias são características de determinado grupo ou classe social dominante e servem para legitimar

esse poder hegemônico, o inclui também falsear a realidade para a manutenção desse status quo.

A partir dessas considerações, destaca-se que a ideologia está intimamente vinculada às relações sociais concretas de dominação de uma classe sobre a outra. Não é alterando unicamente essas ideias – produzidas e propagadas amplamente pelos mais diversos mecanismos de disseminação de informação e conhecimento – que as relações de exploração desaparecem ou são superadas:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual (...). As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias (MARX & ENGELS, 2007, p. 47).

Num momento de apassivamento e conservadorismo, onde a sociedade das mercadorias produz uma sociabilidade cada vez mais alienada entre os seres humanos, trata-se buscar formas de constituição de grupos, visando à construção de vínculos e relações entre os trabalhadores que vivenciam juntos os mesmos incômodos cotidianos, fruto da precarização das suas condições de trabalho. Essa forma coletiva de organização deve se iniciar no próprio local de trabalho, ou seja, na escola, onde os professores estão e se encontram cotidianamente.

1.2 A luta coletiva e a consciência da reivindicação

O que move um grupo de trabalhadores à ação são questões objetivas e concretas, sentidas no cotidiano mais imediato. Se as condições de trabalho dos professores estão precarizadas, se eles sofrem e sentem no corpo e na subjetividade essa exploração, se para consumir certas mercadorias necessárias para a sua sobrevivência está cada vez mais difícil, ou seja, se as condições de vida estão cada vez mais complicadas, isso possibilita que os professores busquem formas de ajuda mútua para que possam se organizar e reivindicar por melhores salários e condições de trabalho.

A partir dessas contradições e conflitos, a consciência vai se movimentando. A segunda forma, a “consciência em si”, se manifesta quando a pessoa começa a reconhecer as situações de opressões em que está submetida. Surge raiva, revolta. No entanto, o movimento de avanço deve ser observado com a identificação do sujeito com o grupo.

A formação da “consciência em si” ou consciência da reivindicação (IASI, 2007, p. 29) começa a ser constituída quando o indivíduo reconhece que o outro também está submetido às mesmas situações de injustiça e também sofre as mesmas consequências. É a realidade que impõe as determinações que movem as pessoas a se reconhecerem e começarem a participar de instâncias coletivas.

Aquilo que era algo sentido apenas pelo indivíduo passa a ser identificar como um problema do grupo, pois é algo sentido coletivamente. As condições adequadas para a oferta de uma educação com qualidade não são asseguradas pelo Estado. As reformas e desmontes governamentais ameaçam os direitos dos trabalhadores. As demandas e exigências diárias se intensificam e abalam a estrutura física, emocional e mental desses profissionais. As contradições dessa realidade objetiva acabam produzindo os mais diversos sintomas nos trabalhadores da educação:

problemas digestivos, enjoos, nervosismo e irritabilidade constante, ímpetos de raiva, crises de choro, dor cervical e nos ombros, manchas na pele, fadiga, alterações do sono, pressão alta, palpitações, dores no corpo, falta de ar, tremedeiras, tonturas, acompanhados de frequentes momentos de desânimo, ansiedade e angústia (GENNARI, 2014, p. 02).

O sofrimento que era vivenciado internamente por cada indivíduo, no seu concreto particular, agora é reconhecido mutuamente e as pessoas começam a grupalizar: se movimentam juntas e lutam por um objetivo comum. O coletivo, no seu processo de

desenvolvimento, identifica um inimigo e isso fortalece a fusão do grupo. Esse inimigo – que pode ser o governo, o Estado ou a ordem do capital – deverá ser desgastado e combatido.

Aquilo que os professores sofrem concretamente no seu cotidiano profissional impacta na sua estrutura psíquica. O sofrimento desses trabalhadores no exercício da profissão gera contradições internas que podem levá-los ao apassivamento e à desistência docente. Os impactos da intensificação do trabalho e o consequente adoecimento podem levar os professores a não mais desejar exercer aquela profissão. Aquilo que antes era imaginado como algo gratificante e reconhecido socialmente é frustrado no momento em que o professor começa a executar o seu trabalho e a perceber que as coisas não acontecem como foi idealizado anteriormente.

Esta situação foi evidenciada por Fonseca (2013) ao buscar compreender os motivos que levaram pedagogos formados na Universidade de Brasília (UnB) a desistirem da carreira de professor na rede pública de ensino. A pesquisadora avalia que

uma mudança radical da escola é necessária; reformar componentes que não removam alicerces é insuficiente. A presente pesquisa ajudou a mostrar que, por mais que alguns aspectos, se melhorados, aliviem o trabalho dos professores, há algo na estrutura escolar que, se não mudar, pode continuar fazendo com que eles desistam de ocupar essa função (p. 126).

No caso dos professores, a passagem que leva os trabalhadores a sair do apassivamento e começarem a se indignar, se inicia quando o profissional começa a incomodar-se: observa que a sala de aula lotada, as ansiedades geradas pela intensificação do trabalho, as dores físicas e as angústias psíquicas, por exemplo, não são sentidas somente por ele, individualmente. Outros professores também estão endividados financeiramente, tomam os mesmos remédios e tem as mesmas dificuldades para dormir. É quando se compreende que os demais professores também estão submetidos às mesmas situações de exploração no local de trabalho.

Ao se defrontarem com essas histórias entre eles, os professores vão se identificando uns com outros, vão percebendo que não são os únicos que passam por aquilo e que existem outros professores que atravessam o mesmo problema. Nos seus locais de

trabalho, experimentam juntos a precarização e essa materialidade da vida impacta na sua subjetividade.

No entanto, partimos da compreensão de que nem todo conjunto de pessoas é um grupo. Vamos observar mais de perto essa questão: os professores, embora façam parte do corpo docente de uma determinada escola estão, à princípio, serializados num mesmo local de trabalho, mas não constituem ainda um grupo:

as relações de socialização secundária se apresentam inicialmente com mecanismos muito nítidos de serialidade. O indivíduo é apenas um número a mais na inserção das diversas séries. Um aluno a mais na escola, uma pessoa a mais no ônibus, um empregado a mais na empresa, uma pessoa negra a mais na ilha, um filho de agricultor a mais, um soldado a mais no quartel, um fiel a mais na igreja, um preso a mais no sistema carcerário, e assim por diante (IASI, 2012, p.259).

Em momentos de luta isso fica mais evidente: existem os professores que fazem greve e os outros que furam a greve. Embora estejam no mesmo local de trabalho, sofrendo as mesmas consequências, há um número de profissionais que não se movimentam como um grupo nas ações de reivindicação.

A precarização na educação, sobretudo com as políticas de terceirização do corpo docente, acaba contribuindo para o enfraquecimento dos coletivos de professores em cada escola. Os professores não efetivos são ameaçados pelo Estado – muitas vezes já a partir do contrato de trabalho – para que não participem de ações coletivas da categoria. Apesar das honrosas exceções, são muitos os professores substitutos que não participam de paralizações, assembleia ou movimentos de greve.

Nesse sentido, para além do número de professores em um dado local de trabalho, há um aspecto qualitativo na formação de um grupo. Há diferentes formas de grupalização entre professores, desde afinidades particulares até à identificação por um componente curricular, tema ou por área de conhecimento.

Por este motivo, por exemplo, podem planejar as atividades educativas, organizar o trabalho pedagógico de forma autenticamente coletiva e a partir disso criar um vínculo de grupo entre professores. Trata-se de uma grupalização por motivações pedagógicas, com a intencionalidade de realizar aquele serviço público da forma mais qualitativa possível, considerando as orientações do projeto político pedagógico da escola,

das diretrizes e do currículo da rede pública de ensino. Se vinculam pelo que é prescrito nos documentos oficiais.

No entanto, um exercício decisivo de grupalização é quando os professores se identificam e se associam pelas condições de precariedade a que estão submetidos no seu exercício docente. Nesse âmbito, há um caráter reivindicativo no grupo que não necessariamente se desenvolveu para o nível sindical. Esse processo reivindicatório tem um ponto de antagonismo, que no caso pode ser desde a direção daquela escola, instância regional de ensino e até os níveis superiores de governo.

Embora fundamental, o simples reconhecimento desse fato não gera em si mesmo um salto qualitativo na consciência. É na ação coletiva que a consciência avança. Mauro Iasi diz que essa é a “difícil passagem do eu para o nós. A capacidade de ver no outro sua própria angústia, de ver no outro algo além que a extensão do opressor, algo humano que nos torna humanos e descobrir as energias insuspeitáveis da ação coletiva” (1999, p. 9).

Ainda na década de 1960, no período da construção de Brasília, o entusiasmo dos professores com aquele projeto de educação progressista formulado pelo educador brasileiro Anísio Teixeira⁵, vinculado ao modernismo da nova capital do país, foi aos poucos esmorecendo. O ânimo diante daquele presente-futuro se transformou em desânimo diante das enormes dificuldades nas condições de trabalho. A professora Eva Waisros Pereira (2012) salienta:

O número de alunos matriculados crescia vertiginosamente e não eram supridas as necessidades básicas para atendê-los. Além da insuficiência de escolas, havia a carência de professores e funcionários, faltava material de consumo e material permanente para o desenvolvimento do ensino, com comprometimento da execução das linhas básicas definidas no planejamento educacional de Brasília. Somava-se à situação de carência, o fato de não ter sido solucionada satisfatoriamente a questão de moradia para os docentes (p. 197).

Uma crise foi instalada naquele contexto de sonho e após a situação de deterioração da escola pública, houve diversas greves da Associação dos Professores no ano de 1962. Essa reação é reprimida já a partir do ano seguinte, com o golpe da ditadura mili-

⁵ Segundo Pereira (2012): “O modelo escolar concebido por Anísio Teixeira teve em vista adequar a escola às exigências da complexa sociedade industrial e tecnológica em que se insere, a fim de dotar o indivíduo de condições de integrar-se criticamente à sociedade, tornando-o apto a participar das atividades correntes e preparando-o para viver como cidadão no Estado democrático moderno.” (p. 40).

tar em 1964. Durante se período mais duro da história brasileira, a greve seguinte demorou 17 anos para ocorrer, conforme o quadro a seguir.

Quadro 1 – Quadro representativo de ações reivindicativas da categoria docente do Distrito Federal, considerando o recorte temporal das décadas de 1960 e 1970.

Ano	Principais mobilizações	Principais conquistas
Maio de 1962	17 dias de greve	Moradia para professoras e professores pioneiros.
Abril de 1979	23 dias de greve	Não houve conquistas, só demissões e repressão.

Fonte: Manual da Greve do SINPRO-DF (2017)

O histórico de lutas dos professores está diretamente vinculado a precarização das condições objetivas de trabalho: baixo nível salarial e plano de carreira; falta de infraestrutura, de apoio e materiais pedagógicos; e busca pela ampliação de espaços de planejamento e coordenação com tempo adequado para a organização do trabalho pedagógico.

Embora não seja tão ressaltado no plano de lutas, o processo formativo do profissional docente é um elemento que exige destaque. Essa dimensão epistemológica, cabe ressaltar, é fundamental superar a perspectiva do professor reflexivo/pesquisador e construir, inclusive como pauta de luta da categoria, o profissional como produtor de conhecimentos, com clareza da concepção e do método científico. Para além de refletir e acumular conhecimentos, a realidade exige que o profissional docente analise de forma crítica e científica para, sobretudo, produzir conhecimento (CURADO SILVA & LIMONTA, 2012). Eis a coerência pedagógica e política necessária.

Um dos momentos mais decisivos para a luta dos trabalhadores é a greve. É onde ocorrem os aprendizados políticos mais significativos. Existem, desde o início, o conflito com aqueles trabalhadores que aderem ao movimento e por esse motivo se colocam ao lado do adversário. Os grevistas enfrentam a apatia dos seus colegas, daqueles que não entram de greve por nada, independente do motivo. Alguns alegam que já tem muitos compromissos, desde férias marcadas com a família até cirurgias e outras ativi-

dades médicas já agendadas. Muitos dizem que fazer greve é um incômodo, é um conflito, que tem medo de que cortem o ponto, que não podem ficar sem salário e deixar de pagar contas.

De fato, a greve não é uma atividade cômoda. Exige piquetes, panfletagens, atos diversos, reuniões e assembleias. Os professores apassivados talvez supõe que a luta se dará em condições favoráveis, como uma luta fosse de adequar ao momento particular mais adequado da vida imediata de cada professor. Ocorre que é exatamente o inverso: só entramos em greve porque a situação é desfavorável. No entanto, a greve é uma atividade coletiva mobilizadora, onde os valores de solidariedade são reforçados.

A greve é uma reação aos ataques de direitos impostos pelo Estado. Em alguns momentos há atraso no pagamento dos salários, 13º e férias; em outros há corte de profissionais para a realização do trabalho pedagógico nas escolas, o que reduz a qualidade da organização do trabalho pedagógico. No atual momento, por exemplo, vivenciamos o desmonte da previdência, o que coloca em risco os direitos da aposentadoria.

Em 2015, após várias reuniões de negociação com o governo sem propostas concretas de resolução e assembleias maciças com a categoria, os professores decidiram entrar em greve no dia 15 de outubro, simbolicamente o dia do professor. Foram 29 dias de greve, com piquetes, ocupação na Câmara Legislativa, atos de convencimento na sala dos professores, fechamento pontual de via pública, greve de fome, manifestações culturais e diversas outras atividades, para além das sistemáticas reuniões do comando de greve e assembleias regionais e geral. Essas lutas criam um vínculo de fortalecimento, que mobiliza aqueles indivíduos ao enfrentamento:

O sentimento de pertença em relação a um grupo produz no indivíduo uma mudança qualitativa, se bem que ainda embrionária: o ser social subsumido pela forma individualizante se vê como parte de uma coletividade que lhe dá identidade e no interior da qual experimenta uma força que fora dela desconhecia (IASI, 2012, pgs. 261-262).

Destaca-se o caráter repressor do Estado. Embora a Constituição Federal assegure aos trabalhadores brasileiros o direito à greve, o que inclui a participação em mobilizações, manifestações, protestos e diversos atos públicos, os professores foram violentamente agredidos com cassetetes, balas de borracha, spray de pimenta e gás lacrimogêneo. Esse fato dramático ocorreu na ocasião do fechamento de uma via pública e se re-

petiu dias depois em assembleia da categoria. As lutas por melhorias imediatas são fundamentais e sempre estiveram presentes no histórico da profissão docente. Ademar Bogo reflete sobre a importância desse primeiro passo na reivindicação:

Por um lado, as lutas das massas possuem um caráter espontâneo, porque seu limite reside no interesse do alcance imediato das conquistas econômicas. Por outro lado, ele deve ser entendido como o primeiro passo para a formação da consciência política, tendo em vista que, através da luta, os indivíduos passam a perceber as contradições da sociedade capitalista, a ineficiência do Estado para atender às reivindicações da classe trabalhadora e faz a experiência do confronto com a legislação e com as forças policiais que agem na repressão a estes movimentos. Com isso, as massas vão, aos poucos, criando a habilidade da resistência coletiva, embora muitas vezes isto tudo transpareça de desespero ou sentimento de revolta (BOGO, 2001, pg. 131-132)

Esse movimento da consciência avança quando os trabalhadores se enxergam como um coletivo e não apenas como indivíduos. Reconhecem as condições injustas a que estão submetidos e germinam as possibilidades de organização para ampliar os direitos sociais conquistados. Nesse momento o indivíduo reconhece que não está isolado diante daquela situação e é na ação coletiva e organizada que a segunda forma de consciência (“consciência em si” ou consciência reivindicatória) vai sendo forjada:

Na vida cotidiana, na fábrica ou outros espaços coletivos, ao se relacionarem entre si e constituírem grupos, os indivíduos percebem a identidade das suas situações. A situação percebida como individual agora é vista como coletiva, comum. **Ao identificar as semelhanças nas condições de vida, ou de algum aspecto dela, os indivíduos podem desenvolver uma identidade e uma consciência reivindicatória, que deriva numa ação grupal reivindicatória** (MONAÑO & DURIGUETTO, 2011, p.103 – grifo nosso).

Para além das mobilizações é necessário que essas reivindicações encontrem uma forma de organização. No caso das categorias profissionais, essas formas de organização são expressas em associações ou sindicatos:

O sindicalismo docente apresenta algumas características específicas diferentes do sindicalismo de outras categorias. É um trabalho tipicamente não material. Por isso, supõe-se que a questão da subjetividade, da identidade construída e vivida diariamente pelos docentes seja um elemento fundamental para compreender a emergência tardia da organização sindical, especialmente sua característica de construção tardia frente ao sindicalismo operário. Mas não se supõe que tal construção teórica sobre a subjetividade seja suficiente como elemento explicativo (RÊSES, 2015, p. 23).

A organização política institucional dos professores da educação básica no DF começa em 15 de outubro de 1960, quando é fundada a Associação de Professores do Ensino Médio de Brasília (APEMB). Essa instância durou até o golpe militar em 1964⁶.

Doze anos depois, em 08 de dezembro de 1975, é criada a Associação dos Professores do Distrito Federal (APDF) por um grupo de 38 professores.

Três anos depois, em 20 de setembro de 1978, o Ministério do Trabalho concede o registro para a Associação e passa a ser nomeada como Associação Profissional dos Professores do DF (APPDF).

No ano seguinte, em 14 de março de 1979, o Ministério do Trabalho, consoante o artigo 515 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), autoriza a denominação de Sindicato dos Professores do Distrito Federal (SINPRO-DF).

Apenas dois meses depois, em maio, há uma intervenção federal no Sindicato que dura nove meses. A diretoria eleita é destituída e instalada uma junta interventora até a eleição e posse da nova diretoria.

Até outubro de 2005 o sindicato foi uma instância de organização política dos professores das escolas públicas e privadas. A partir de então, há um desmembramento e é criado Sindicato dos Professores das Entidades de Ensino Particulares do Distrito Federal (SINPROEP-DF), sindicato exclusivo dos professores das escolas privadas.

As lutas ocorridas entre a década de 1980 até os dias atuais estão descritas no quadro a seguir:

⁶ Caderno de Formação nº 01 do SINPRO/DF - *Conhecer a História para Transformar a Sociedade*, elaborado pela Secretaria de Formação Política, em 1989.

Quadro 2 - Quadro representativo de ações reivindicativas da categoria docente do Distrito Federal, considerando o recorte temporal entre a década de 1980 até os dias atuais.

Ano	Principais mobilizações	Principais conquistas
Março de 1985	05 dias de greve	- Ganho real de 45% - Eleição direta para diretores e para delegado sindical - Readmissão dos demitidos em 1979
Maio de 1986	26 dias de greve	Nenhuma conquista
Abril de 1987	46 dias de greve	- Implantação do Plano de Cargos e Salários (um ensaio para a luta do Plano de Carreira)
Novembro de 1987	03 dias de greve	Reajuste de 40%
Abril de 1988	22 dias de greve	Nenhuma conquista
Abril de 1989	55 dias de greve	Reajuste de 17%
Fevereiro de 1990	33 dias de greve	- Implantado primeiro Plano de Carreira (Lei:66/89) - Reajuste de 54,5% retroativos a janeiro de 1990 - Retorno da ascensão horizontal
Setembro de 1991	11 dias de greve	- Criação da Gratificação de Regência de Classe (GRC) - 20% sobre o vencimento, com implantação em 1992
Maio de 1992	72 dias de greve	Reajustes de 11%, 17% e 23% para níveis 1, 2 e 3, respectivamente
Novembro de 1992	32 dias de greve	- Reajuste de 24% - Criação da TIDEM (55%) - Aumento da GAT de 80% para 160%
1993	Várias paralisações	Criação da Gratificação de Alfabetização (GAL) para implementação em 1994
Setembro de 1995	23 dias de greve	- Incorporação de 50% da TIDEM ao vencimento - Abono de R\$140 e R\$280
Abril de 1996	44 dias de greve	Nenhuma conquista
Maio de 1998	69 dias de greve	Nenhuma conquista
Setembro de 2000	44 dias de greve	Aumento da GRC de 20% para 30% sobre o vencimento, a partir de janeiro do ano seguinte.
Março de 2002	54 dias de greve	- Reajuste de 10% - Retorno do auxílio-alimentação - Regulamentação da Gratificação de Titularidade (GT) para cerca de 12.000 professores (as)
2003	Intensa mobilização com várias paralisações	- Reformulação do Plano de Carreira (Lei nº3.318/2004), com implantação gradativa: março/2004, março/2005, setembro/2005, março/2006 e julho/2006 - Criação de uma gratifica-

		ção para os orientadores (GSE) equivalente a das professoras e dos professores (GRC); fim da GAT
Maio de 2005	7 dias de greve	<ul style="list-style-type: none"> - Garantia do retorno da progressão anual da carreira - Redução das etapas de progressão de 31 para 25 momentos - Inclusão de um reajuste em abril/2006 - Projeto de lei do Plano de Saúde enviado e aprovado pela CLDF (engavetado até hoje)
2007	Intensa mobilização com várias paralisações	<ul style="list-style-type: none"> - Reajuste linear de R\$ 400 com elevação da Tidem de 80% para 108% e da GRC de 30% para 43%, sendo que na implementação os percentuais foram incorporados e voltaram aos números anteriores - Conquista da reestruturação do Plano de Carreira - Garantia de reajuste para 2008/2009/2010
2008	Greve de advertência de 48h: governo descumpe acordo de 2007	<ul style="list-style-type: none"> - Reposicionamento dos professores/orientadores nos padrões - Regulamentação do Plano de Carreira
Abril de 2009	16 dias de greve: Governo tenta dar calote em reajuste do Fundo Constitucional	Garantimos o repasse do índice do Fundo Constitucional de 5% em 2009 e de 10% em 2010
Março de 2010	Várias paralisações	<ul style="list-style-type: none"> - Reajuste de 10,04% - Segunda coordenação fora da escola/Atividades - Fim da contrapartida do auxílio-alimentação
2011	Várias paralisações	<ul style="list-style-type: none"> - Reajuste de 11,14% - Reajuste programado para 2012 de 2,69% - Reajuste de 54% do auxílio-alimentação (para R\$ 304) - Conquista da segunda coordenação externa para coordenadores(as) pedagógicos(as), professores(as) readaptados(as) e pedagogos(as)-orientadores(as) educacional(is) - Publicação da Lei que amplia às professoras de contratação temporária, a licença maternidade.
2012	52 dias de greve	<ul style="list-style-type: none"> - Implantação do auxílio-saúde aos professores(as), orientadores(as) da ativa, aposentados(as) e pensionistas - Sancionada a Lei da Gestão Democrática: primeiras eleições em agosto - Garantia da integralidade da TIDEM na aposentadoria - Constitucionalidade do art. 15 do Plano de Carreira reconhecido pelo TJDF. - Professores em regime de contratação temporária voltam a receber, na composição salarial, a TIDEM, que havia sido cortada desde o exercício de 2008.
2013	Várias paralisações	- Reestruturação do Plano de Carreira, Lei

		5.105/13 - Fim do conceito de exclusividade - Incorporação da TIDEM - Criação da GAPED - Regulamentação do Plano de Carreira - Reajuste do valor das aposentadorias proporcionais - Reajustes salariais em março e setembro - Reajuste de 22% do tíquete Alimentação (para R\$ 373) - Após ações vitoriosas do Sinpro na Justiça, professoras de contratação temporária passam a ter direito a estabilidade provisória durante a gravidez.
2014	Várias paralisações	- Reajustes salariais de março e setembro - Reajuste do tíquete-alimentação para R\$ 394,50 - Convocação de mais de 03 mil professores concursados - Realização de concurso público para o cargo de Pedagogo-Orientador Educacional.
2015	Várias paralisações: Greve na primeira semana de aula e 29 dias de greve/segundo semestre	Reajuste salarial de março (5ª etapa do Plano de Carreira).
2016	Várias paralisações	Ampliação da Licença-paternidade para 30 dias.
2017	29 dias de greve	Nenhuma conquista efetiva

Fonte: Manual da Greve do SINPRO-DF (2017)

Atualmente o SINPRO-DF, específico da carreira do magistério público, tem cerca de 32 mil profissionais filiados, entre professores e orientadores educacionais. No início dos anos 1980, a orientação da formação política no SINPRO-DF declarava a importância do sindicato como organização da classe trabalhadora e ressaltava a luta por melhorias das questões mais imediatas e pela ampliação dos direitos conquistados.

No entanto, se tivermos inseridos numa perspectiva histórica de superação da sociabilidade do capital, as lutas sindicais tem um limite. A elaboração da Secretaria de Formação Política, à época, já destacava textualmente que

o sindicato é a organização básica da classe trabalhadora para defendê-la da exploração capitalista. Dizemos "defender", pois, de acabar com a exploração, o sindicato não é capaz ainda. Isso só será possível pela luta política, quando o proletariado derrubar todo o sistema capitalista. Mas a luta sindical é ponto de partida, que nos ensina a agir como um coletivo, defende nossos interesses comuns da categoria e da classe contra um inimigo comum, o patrão, o capitalista. O sindicato é portanto uma verdadeira "escola de guerra" da classe que por intermé-

dio dele se prepara para lutas futuras. (Caderno de Formação nº 01 do SINPRO/DF, 1989, p. 04).

Embora sejam fundamentais, é preciso que os trabalhadores não tenham ilusões quanto aos limites das lutas reivindicatórias. É essencial que saibam desde o início que a tarefa histórica da classe trabalhadora não está na conquista gradual de melhorias imediatas. Aliás, a história tem revelado o contrário: os anos tem nos mostrado que a classe trabalhadora está perdendo direitos.

A classe trabalhadora tem como propriedade apenas a sua força de trabalho, que é vendida como uma mercadoria. O trabalhador recebe dinheiro em troca, que é o seu salário. Com esse dinheiro em mãos, o trabalhador compra outras mercadorias (que satisfazem suas necessidades, sejam elas do estômago ou da imaginação, como diz o próprio Marx⁷) para continuar vivo e poder trabalhar no dia seguinte, quando esse ciclo é retroalimentado. Essa relação pode ser expressa da seguinte forma: M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria). Em outras palavras, a consciência da classe trabalhadora opera, politicamente, para conseguir vender a sua força de trabalho (uma mercadoria) pelo valor mais alto possível (mais dinheiro) e em seguida poder comprar mais mercadorias.

A consciência em si ou consciência reivindicatória opera nesse ciclo, dentro da ordem do capital. É uma luta ainda numa perspectiva do pacto social⁸. É ainda um elemento externo (que pode ser o Estado, o governo ou o patrão, por exemplo) que irá suprir a demanda. A contradição desse momento é que o ato de reivindicar é um avanço, mas gera, ao mesmo, um limite:

A consciência ainda reproduz o mecanismo pelo qual a satisfação do desejo cabe ao outro. Agora, ela manifesta o inconformismo e não a submissão, reivindica a solução de um problema ou injustiça, mas quem reivindica ainda reivindica de alguém. Ainda é o outro que pode resolver por nós nossos problemas (IASI, 2007, p. 31).

⁷ “A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão” – Cap. 01 – O capital. (p. 157).

⁸ Pensamento político pequeno-burguês que busca esconder o caráter decisivo da luta de classes e a substitui pelo pacto social. Nas palavras do próprio Marx: “o caráter peculiar da social-democracia resume-se no fato de exigir instituições democrático-republicanas não como meio de acabar com os dois extremos, o capital e o trabalho assalariado, mas sim para atenuar o seu antagonismo e transformá-lo em harmonia. Por diferentes que possam ser as medidas propostas para alcançar este fim, por mais que sejam enfeitadas com concepções mais ou menos revolucionárias, o conteúdo permanece o mesmo. Esse conteúdo é a transformação da sociedade por um processo democrático, porém uma transformação dentro dos limites da pequena burguesia” (2000, p. 56).

E para superar essa ordem, trata-se de compreender como romper esse ciclo. Chegamos na contradição e no limite da consciência em si ou da consciência reivindicatória. É o impasse e a contradição da luta sindical, que precisa ser superada:

O exemplo típico é a “consciência sindical” e a “luta sindical”, em que o trabalhador organizado em sindicatos, a partir das condições e valores hegemônicos (da ordem capitalista), luta pelas melhores condições de venda da sua mercadoria “força de trabalho” (salário, direitos trabalhistas, condições de trabalho, etc). A consciência sindical promove a “luta sindical”, uma luta que, sem ultrapassar o plano reivindicativo, torna-se claramente reformista; isto é, sem conseguir desvendar e compreender as leis que governam o modo de produção capitalista, a luta sindical visa, na preservação da ordem social, sua lógica e fundamentos, às alterações nas condições da compra e venda de força de trabalho; visa a melhores condições para a exploração da força de trabalho, não sua superação. (MONAÑO & DURIGUETTO, 2011, p. 103)

Mas será que a categoria docente já foi politicamente educada, em algum período histórico, para ir além das lutas imediatas, ou melhor, para ir além da consciência em si ou consciência reivindicativa?

No final dos anos 80, o caderno de formação política do SINPRO-DF reconhecia, textualmente, a atualidade da luta de classes:

Estas duas classes, a dos burgueses e a dos proletários, têm interesses que são objetivamente contrários e antagônicos, quer dizer, interesses inconciliáveis. "Objetivamente" significa que isto não depende da boa ou má intenção das pessoas. Os interesses destas duas classes são inconciliáveis porque se uma ganha, a outra obrigatoriamente perde. O que é bom para uma classe é prejudicial para a outra (Caderno de Formação nº 01 do SINPRO/DF, 1989, p. 07).

Naquele período, a direção do Sindicato expressava claramente uma perspectiva de vincular a luta sindical à luta política no sentido de superar a ordem do capital, destacando inclusive o impacto dessa perspectiva política para a formação da consciência de classe dos professores:

Os sindicatos procuram defender nossa classe nesta sociedade baseada na exploração do homem pelo homem, lutando pela superação da sociedade capitalista e de qualquer forma de organização social que leve à dominação [...] Quando falamos de sindicato, estamos nos referindo

aos próprios trabalhadores organizados. E é nesta luta sindical do dia-a-dia que os trabalhadores adquirem experiência e consciência de classe, ficam conhecendo a sua própria força e conquistam confiança para definir o seu próprio futuro (Caderno de Formação nº 01 do SINPRO/DF, 1989, p. 03).

E nesse mesmo documento, sobre as experiências de luta, destaca-se que:

a greve contribui para elevar o nível de consciência política dos trabalhadores, ao perceberem sua própria força quando agem coletivamente: então passam a reivindicar não apenas melhores salários e condições de trabalho, mas a substituição do sistema capitalista (Caderno de Formação nº 01 do SINPRO/DF, 1989, p.18).

Esse posicionamento da direção do SINPRO-DF à época demonstra, ao menos no texto oficial, uma organização que reconhece os limites da consciência em si ou consciência reivindicatória.

1.3 Para além da reivindicação particular

O Brasil está hoje entre as dez economias capitalistas mais desenvolvidas do planeta e a concentração de capital é uma das características centrais dessa ordem, o que significa dizer que a produção de riquezas gera também um aumento da pobreza.

O modo de produção da vida – na lógica do capital – é composto por elementos indissociáveis uns dos outros, formando por assim dizer uma totalidade que articula a produção, distribuição, circulação, troca e consumo de mercadorias. Nessa lógica, as nossas necessidades mais vitais, como alimentação, moradia, vestuário, transporte, acesso a cultura, arte e conhecimento (entre outros fatores) são atendidas por valores de uso que na lógica do capital são transformadas em mercadorias (MARX, 2013).

Diante dessa realidade, a solução predominante proposta pela estratégia democrática e popular – quando estão na administração do Estado – é distribuir as riquezas produzidas para diminuir as distâncias de renda entre as classes sociais. Para atenuar essa situação, os governos progressistas realizaram transferências de renda para aqueles que estão numa situação de precariedade. O que o Estado permite, nos marcos da ordem do capital, é a administração da miséria e da pobreza.

Houve um investimento do Estado, através de subsídios para aquecer o mercado interno, gerar demanda de consumo e também de produção de mercadorias para atender a essas necessidades. A partir desse movimento estratégico, a produção da riqueza no nosso país cresce e se abrem possibilidades para a distribuição dessas riquezas.

Foi também realizada uma política de aumento real dos salários, o que também possibilita – junto com as ações de transferência de renda – um aumento no consumo de mercadorias e acesso à crédito. Distribuição e consumo são estimulados, com incentivos do Estado, e ao mesmo tempo aumenta a produção de riquezas.

É como se houvesse um “bem estar social mínimo” para todos: tanto para os miseráveis, pobres e classe média, que podem consumir mais; tanto para a o pequeno grupo da burguesia nacional que compõe o setor financeiro – junção do setor produtivo com o setor bancário. Nesse plano todos ganham.

Isso não resolve o problema, o que já é sabido pelos formuladores do plano. No entanto, atenua a dramática e historicamente conhecida situação de desigualdade.

Se o capital – por intermédio do seu Estado – ataca os direitos de diversas categorias de trabalhadores, por que lutamos e nos organizamos separadamente? E mesmo se conquistamos os nossos objetivos imediatos e corporativos, por que os problemas sociais não se resolvem?

Em 2015, por exemplo, a luta não ficou restrita à categoria docente. Naquele ano, o Governo do Distrito Federal anunciou um pacote de medidas que suspendeu o pagamento do reajuste salarial, já previsto em lei, de mais de 30 categorias profissionais. Tais medidas não afetaram apenas os trabalhadores do Estado e suas famílias, toda a população sofreu com os aumentos nas tarifas de ônibus, metrô, taxa dos restaurantes comunitários e demais serviços básicos, como a limpeza urbana.

Essa severa ação do governo provocou a reação de dezenas de categorias de trabalhadores. Houve uma greve geral que durou 24 horas e nos dias e semanas seguintes um conjunto de movimentos e sindicatos realizaram seus respectivos atos políticos: manifestações nas ruas, paralisações e assembleias.

Cientes dessa limitação, as lutas podem além das pautas particulares de uma ou outra categoria. Pertencentes à uma classe social definida, mais do que a uma categoria particular, trata-se de buscar os interesses imediatos e históricos da classe, o que inclui a grupalização com outras categorias do ramo da educação e também de demais trabalhadores do Estado. É nesse momento em que os interesses de uma categoria particular se fundem com os interesses de uma classe. Se examinarmos apenas a superfície – aquilo está visível aos nossos olhos – nos identificamos como professores e com os nossos interesses corporativos enquanto categoria docente. Se formos além da aparência imediata, encontraremos trabalhadores que estão inseridos numa relação que não é apenas particular, mas, sobretudo, de classe:

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Esta massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. **Na luta, de que assinalamos algumas fases, esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política** (MARX, 1985, p. 159, grifo nosso).

Se nos fixarmos somente no concreto aparente, ou seja, no imediato fenomênico, nos identificamos enquanto professores e estaremos restritos aos nossos interesses cor-

porativos. É somente na abstração – o que exige esforço de análise com o método dialético – que nos encontramos não como categoria, mas como classe. É nesse movimento da consciência que ao olharmos os professores enxergamos não apenas professores, mas, sobretudo trabalhadores que fazem parte de uma classe. No processo de consciência, esse é um salto qualitativo decisivo:

o potencial pedagógico máximo da experiência da vida e da prática militante é o desenvolvimento de uma consciência de tipo reivindicativo-sindicalista. **A passagem deste patamar de consciência para a consciência de classe revolucionária só pode se efetivar por intermédio de uma intervenção teórica, que busque o conhecimento, simultaneamente, da sociedade tomada em sua totalidade histórico-concreta e da própria classe** (TUMOLO, 2002, p. 21 – grifo nosso).

É a partir da análise teórica que conseguiremos reconhecer a classe social na categoria profissional. A análise da realidade social, a partir do materialismo histórico-dialético, como epistemologia, é fundamental para superar esse impasse:

A “consciência sindical” é aquela que atinge como máximo um nível reivindicatório, e se desenvolve no trabalhador organizado em sindicatos, sem dispor de conhecimento científico e crítico da realidade social. Forma-se aqui a “consciência em si”, como superação parcial da alienação. **A consciência em si desenvolve uma crítica imediata, vivencial, espontânea, a partir da experiência direta dos sujeitos, sem conseguir desvendar as leis da ordem do capital** (MONAÑO & DURIGUETTO, 2011, p. 103 – grifo nosso)

Embora as opressões vivenciadas na vida cotidiana sejam duras, a luta apenas por melhores condições de trabalho ou aumento de salários e gratificações não resolvem a situação de dominação e exploração a que estamos submetidos enquanto classe trabalhadora. A classe trabalhadora ora busca a conciliação entre as classes (compreendendo que a ordem do capital não é tão ruim assim, se ela puder vender sua força de trabalho e comprando mercadorias para sobreviver) ora se coloca em movimento com um projeto societário autenticamente emancipador. São nesses momentos significativos, embora raros na história, que a classe pode se colocar em condições de revolucionar a organização social. Embora sejam importantes, as lutas particulares e imediatas são limitadas. Trata-se de não apenas melhorar a forma da atual sociedade, mas sim de articular os avanços imediatos com construção de condições para outra forma de organização social:

A emancipação humana é a superação de três tipos de mediações que se interpõe entre o ser humano e sua plena realização: a mediação religiosa, a mediação política e a mediação da mercadoria. Pela mediação religiosa os seres humanos atribuem a algo fora deles a capacidade de construir seu destino, de fazer a própria história; pela mediação política do Estado, os seres humanos atribuem à forma social fora deles sua identidade enquanto seres sociais; e, finalmente, na mediação da mercadoria, os seres humanos veem na abstração do valor, na igualdade dos produtos do trabalho, uma relação social mediada por coisas (IASI, 2002, p. 220).

Nesse sentido, para analisarmos a realidade social do tempo histórico que vivemos, é necessário termos um método coerente que nos possibilite enxergar o mundo de forma mais ampla e para além daquilo que já alcançamos somente pelo acesso das fontes de informação disponíveis: internet, noticiário na televisão, rádio, revista, jornais e diversas outras mídias físicas e digitais. Essa leitura mais ampla significa buscar formas de enxergar o mundo para além da epiderme da realidade.

Trata-se de conhecermos um método científico que nos possibilite alcançar aquilo que não está visível a olho nu, irmos para além da aparência dos fenômenos. Em outras palavras: é não se limitar “a descrever o que pode ser visto por qualquer pessoa que ande pelas ruas de olhos abertos”⁹. E nessa perspectiva, a intervenção da realidade vai sendo qualificada pelo aprofundamento teórico.

Também no que toca à teoria social de Marx a questão do método se apresenta com um nó de problemas. E, neste caso, problemas que não se devem apenas a razões de natureza teórica e/ou filosófica: devem-se igualmente a razões ideopolíticas – na medida em que a teoria social de Marx vincula-se a um projeto revolucionário (PAULO NETTO, 2011, p. 10).

Conforme observamos, o método científico é um elemento fundamental para o caminho entre a luta sindical e a luta política anticapitalista que visa à emancipação humana. Nesse sentido, Marx é decisivo tanto pela formulação científica, com unidade e coerência, como também pelas suas ações práticas. Ressalta-se também a enorme contribuição de Friedrich Engels e lembramos que ele fez três movimentos fundamentais¹⁰

⁹ GENNARI, Emílio. *Dicas para uma análise de conjuntura*. Disponível em <http://www.dsbh.org.br/site/docs/4.pdf>. Acesso em 23/01/2016.

¹⁰ Os três encontros decisivos de Marx em Paris (1844). Conferência de José Paulo Netto no II Congresso Marx em Maio, realizado em Portugal entre os dias 08 e 10 de maio de 2014. Disponível em:

antes do próprio Marx: iniciou a crítica à economia política, entrou em contato com a classe operária e se tornou comunista antes de Marx. Tiveram militância revolucionária e escreveram juntos diversas obras¹¹.

A obra científica de Marx causou um impacto monumental no modo como o mundo enxergava a realidade até então, mais precisamente até o século 19. Realizou uma crítica substancial ao modo de produção da vida que se desenvolvia plenamente naquele período e que se arrasta até os dias atuais, de forma mais cruel e ao mesmo tempo mais sofisticada.

A diversidade de método para análise da realidade, sobretudo pelas implicações práticas geradas por essa leitura de mundo, não é uma questão meramente epistemológica. A escolha pelo método científico de Marx foi reprimida brutalmente na história, sobretudo pelas ações revolucionárias de enfrentamento da ordem vigente. Não se pode dizer o mesmo da influência de Max Weber ou Émile Durkheim:

Durante o século XX, nas chamadas “sociedades democráticas”, ninguém teve seus direitos civis ou políticos limitados por ser durkheimiano ou weberiano – mas milhares de homens e mulheres, cientistas sociais ou não, foram perseguidos, presos, torturados, desterrados e até mesmo assassinados por serem marxistas (PAULO NETTO, 2011, p. 10).

Para a leitura da realidade social, Marx realiza uma consistente crítica ao pressuposto idealista: sistema filosófico de Hegel que concebia a realidade social como resultado das ideias e do pensamento dos indivíduos. Ou seja: as relações sociais, aquilo que as mulheres e os homens fazem concretamente, suas grandes ações e dramáticas limitações são, na filosofia hegeliana, produtos da consciência social.

Como consequência dessa filosofia, todas as limitações e barreiras vivenciadas nas relações sociais entre os indivíduos poderiam ser superadas caso houvesse uma mudança de consciência, o que seria, por exemplo, um exercício de interpretar a realidade social de outro modo. Nesse sentido, Hegel apresenta um pressuposto idealista na concepção da história, ou seja: são as ideias que mudam e determinam a vida.

<https://www.youtube.com/watch?v=-DU5ENKjMqY>. Acesso em: 10/12/2015.

¹¹ A Ideologia Alemã, Lutas de classes na Alemanha, A sagrada família, Lutas de classes na Rússia e Manifesto Comunista.

Marx e Engels (2007) incorporam a lógica dialética de Hegel – e nisso reconhecem sua importância fundamental –, mas o superam ao inverterem esse pressuposto filosófico. Os autores consideram que o movimento da consciência fixado apenas no pensamento em si mesmo, pode, no limite, promover esclarecimentos em relação à realidade social. Ao criticar o idealismo hegeliano, propõem uma conexão da filosofia com a realidade, que seria a vinculação da crítica com a materialidade das relações sociais.

Essa articulação entre a materialidade e as ideias, é fundamental sublinhar, não deve ser feita de forma mecânica numa lógica formal. Esse método parte do pressuposto materialista e reconhece a lógica dialética de Hegel, sobretudo as contradições que estão contidas na realidade social, ressaltando que a história (em movimento e em transformação) é construída pela atividade humana. Existem diferentes métodos de ler o mundo, de analisar a realidade. E a diferença de método altera, sobretudo, a forma de agir para transformar essa mesma realidade. Desse modo, diagnósticos diferentes acabam por induzir intervenções e resultados distintos. Nesse sentido, nos parece de suma importância ter clareza do método que utilizamos.

Há um exemplo histórico que podemos utilizar para vincular experiência com a formação teórica. O documentário brasileiro *Terrorista* nos ajuda a pensar sobre isso. Em 1969, o professor de microbiologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Percy Sampaio Camargo, também militante político, foi acusado de um crime que não cometeu e por esse motivo se tornou clandestino.

Eram tempos difíceis da ditadura civil-militar. Percorreu parte da América Latina e experimentou as lutas chilenas, no período do governo de Salvador Allende. Paulo Freire também estava no Chile naquele período. Assim como o professor Percy, do filme de não ficção, muitas mulheres e homens atravessaram esse duro ciclo da história recente. Esses lutadores buscavam superar a ordem vigente e tiveram que suportar torturas, colocando as suas vidas em risco por algo coletivo, que transcendia aos seus interesses meramente individuais. Muitos morreram por isso.

Há uma passagem na historiografia do professor que descreve quando a polícia foi capturá-lo em casa e revirou a sua biblioteca doméstica, bagunçando os seus livros. Obras que fundamentam um método de análise da realidade que buscavam uma sociedade emancipada. Ao final do filme, Percy reflete sobre os aprendizados na sua história:

A experiência é o que ensina, é o que muda. Ocorre que a experiência por si só não necessariamente irá possibilitar a superação da realidade.

Conforme observamos, o método científico é um elemento fundamental para a também da luta sindical à luta política anticapitalista, que busca a emancipação humana¹². A articulação das lutas sociais concretas com a formação teórico-política é vital. É a participação dos trabalhadores nessas formas coletivas de enfrentamento que possibilita saírem da esfera da alienação e caminhar no sentido de superar uma consciência estritamente reivindicatória. Em outras palavras: o encontro da luta concreta com a teoria revolucionária do marxismo potencializa e direciona a luta dos trabalhadores para a construção de uma nova sociedade para além do capital.

¹² A célebre frase de Vladimir Ilitch Lênin (1979) sintetiza esse ponto: “Sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário”.

CAPÍTULO II

OS CICLOS E AS ESTRATÉGIAS POLÍTICAS PREDOMINANTES

Após fazermos uma reflexão sobre o processo de consciência, estudaremos os ciclos e as estratégias que predominaram nas lutas da esquerda no Brasil. Há uma estratégia predominante para cada ciclo histórico, sendo que “uma estratégia refere-se à forma pela qual a classe – através dos instrumentos coletivos construídos para a luta – interpreta, combina, organiza e dirige os diversos enfrentamentos particulares no sentido geral da revolução. No Brasil, é nítida a existência de dois grandes ciclos.” (NEVES et al, 2014, p. 359).

O comportamento político na luta sindical da categoria docente está vinculado à estratégia política predominante que orienta o conjunto da classe trabalhadora. Mauro Iasi nos lembra que

quando falamos de um determinado comportamento da classe trabalhadora, *devemos relacioná-lo à uma estratégia determinante em um certo período histórico*, não como uma escolha arbitrária de uma certa direção ou vanguarda, mas como uma síntese que expressa a maneira como uma classe buscou compreender sua formação social e agir sobre ela na perspectiva de sua transformação (IASI, 2012, p. 03 – grifo nosso).

Nesse sentido, consideramos para a nossa análise dois elementos centrais: a estratégia política predominante do nosso tempo – a estratégia democrática e popular – e o instrumento político que possibilita que a categoria expresse suas reivindicações, o Sindicato dos Professores do Distrito Federal (SINPRO-DF).

E o que é uma estratégia política? O estrategista militar e teórico da guerra Clausewitz (1780-1831) afirma que estratégia é um planejamento prévio e consciente que busca articular diferentes e variadas ações táticas que irão juntas e de forma combinada alcançar um objetivo final. Não é demais recordar que, considerando a sociedade dividida por classes sociais com interesses antagônicos e inconciliáveis em que vivemos, a burguesia – nacional e internacional – também formulam as suas estratégias¹³.

¹³ Conforme afirma o investidor americano Warren Buffet: “há uma luta de classes, tudo bem, mas é minha classe, a classe rica, que está fazendo a guerra e estamos ganhando” (BUFFET *apud* HARVEY, 2011, p. 211).

A classe trabalhadora brasileira montou suas estratégias para construir uma sociedade autenticamente emancipada, uma sociedade socialista. São formas que ela buscou para expressar o seu conteúdo central: encontrar os caminhos da revolução brasileira (MARQUES, 2015).

A estratégia determinante do nosso tempo é a estratégia democrática e popular. Entretanto, para conhecer a sua gênese e o posterior desenvolvimento, daremos um passo atrás para levantar os elementos centrais da estratégia anterior e a análise crítica feita após a sua execução (IASI, 2012).

2.1 A estratégia democrático-nacional

Durante as décadas de 1930 e 1960, a classe trabalhadora brasileira se orientou, de forma predominante, pela estratégia democrático-nacional.¹⁴ As estratégias políticas necessitam de um conjunto de mulheres e homens que, inseridos de forma organizada num instrumento político, possam coletivamente materializar aquele plano. São militantes políticos que se dedicam a construir as condições objetivas e subjetivas para a ruptura socialista no Brasil.

Naquele momento histórico, o principal instrumento para realizar essa estratégia foi o Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922 por comunistas e militantes oriundos do movimento anarquista que participaram ativamente das greves operárias em São Paulo (MARQUES, 2015; NEVES *et al*, 2014; IASI, 2012).

O diagnóstico da época identificava que a formação social brasileira era substantivamente agrária, como se fossem relações ainda feudais ou pré-capitalistas. A partir dessa avaliação, a exigência era modernizar as relações de trabalho no território nacional.¹⁵ A estratégia democrático-nacional visava alcançar o socialismo no Brasil, mas não de forma imediata: exigia-se uma etapa prévia que desenvolvesse o capitalismo brasileiro e isso deveria ser feito em aliança com a burguesia nacional. Era necessário criar um contingente de operários para que inseridos no processo produtivo fabril pudessem se organizar e fazer os enfrentamentos entre capital e trabalho.

Nesse sentido, a classe trabalhadora deveria lutar por reformas para modernizar o país, as mesmas tarefas democráticas – reformas urbana, agrária, saúde, moradia, transporte, saneamento básico – que foram realizadas pelas burguesias dos países capitalistas centrais. No caso brasileiro essas reformas estariam atrasadas, pois as providências democráticas ainda não tinham sido efetivadas por aqui (FERNANDES, 1976).

Para colocar essa estratégia em movimento, um bloco popular foi formado por operários, trabalhadores rurais, setores médios e pequena burguesia em aliança com a

¹⁴ Além da estratégia dos trabalhadores, pensada pelo PCB, também tem o NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO que é a estratégia pensada pela burguesia. É importante traçar um paralelo entre elas.

¹⁵ Sendo um país subdesenvolvido, havia dois obstáculos centrais para esse desenvolvimento: um entrave interno (o latifúndio) e um entrave externo (o imperialismo). O consenso era que essa modernização interessaria a todos, sobretudo à classe trabalhadora, pois seria criado um contingente de operários nas novas relações de trabalho, agora capitalistas, e uma vez organizados no partido o proletariado poderia caminhar para a revolução socialista.

burguesia nacional. Do outro lado, no campo da classe dominante, estavam as elites agrária, oligárquica e latifundiária, vinculadas ao império capitalista internacional.

As forças predominantes da esquerda apostavam e defendiam que a aliança com a burguesia nacional era um passo necessário a ser dado, sobretudo porque avaliavam que o plano da burguesia, o nacional-desenvolvimentismo, era bastante progressista e enxergavam que isso estava acontecendo à revelia do imperialismo. Nesse sentido, a esquerda apostava que as necessárias reformas em atraso seriam realizadas pela burguesia nacional, uma vez que também lhes interessavam os avanços no país e a dinamização da economia.

Seguindo esse plano, os interesses modernizantes da burguesia nacional entrariam em conflito com os interesses da elite agrária brasileira, que tinha características conservadoras e arcaicas. Nessa hipótese, as elites agrárias manteriam o Brasil como um mero exportador de matérias-primas para o desenvolvimento do capitalismo nos países centrais, o que significaria contrariar os interesses da burguesia nacional, que supostamente buscava modernizar o país.

No entanto, algo não foi identificado com precisão pelo diagnóstico das forças de esquerda da época. A característica predominante do imperialismo é a exportação de capitais, ou seja, para que o capital produzido nos países centrais se reproduza é necessário que ele seja exportado para os países periféricos, tal como o Brasil. Exportar capital significa também desenvolver a economia desses países periféricos, o que significa dizer que ao contrário da análise feita pela estratégia democrático-nacional, havia acordo entre os interesses da burguesia nacional e internacional.

A estratégia democrático-nacional se encerra com o golpe militar de 1964. Foi derrotada pela burguesia nacional em aliança com a internacional, colocando o nacional-desenvolvimentismo em pleno desenvolvimento pela própria ditadura. Esse ato brutal causa uma fratura duríssima nas organizações de esquerda da época e nos corpos e mentes dos aguerridos militantes que deram suas vidas por um projeto de sociedade que buscava construir o socialismo no Brasil.

2.2 Os fundamentos da estratégia democrática e popular

Entre os anos de 1964 e 1978, a esquerda brasileira busca resistir e se reorganizar de diferentes formas, inclusive na clandestinidade. Nesse período, dois estudiosos marxistas iniciam a crítica da estratégia democrático-nacional, colocando como elemento central a análise da nossa formação social como condição para encontrar o caminho da revolução brasileira.

O historiador Caio Prado Jr. (1907-1990) destaca que um dos elementos marcantes dessa estratégia foi a submissão do PCB em relação à influência stalinista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). As orientações dogmáticas vindas de fora ficaram conhecidas como as “verdades consagradas”. Essa linha teórico-política forjada na URSS deveria ser seguida pelos Partidos Comunistas dos demais países periféricos. No nosso caso, essas “verdades consagradas” foram importadas de forma acrítica e a-histórica, ignorando os processos históricos da formação social brasileira. Ignorar o chão onde se pisa impossibilita capturar o movimento do real para descobrir o caminho da revolução socialista no Brasil.

Trata-se, nas palavras do historiador, de evitar

um esquema teórico abstrato, admitido a priori e sem indagação prévia alguma, acerca da aplicabilidade desse esquema à realidade brasileira. Segundo esse esquema, a humanidade em geral e cada país em particular – o Brasil naturalmente aí incluído – haveriam necessariamente que passar através de estados ou estágios sucessivos de que as etapas a considerar, e anteriores ao socialismo, seriam feudalismo e o capitalismo (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 32).

O autor reivindica o método dialético na análise científica da realidade do país. Uma forma de análise que buscasse capturar o processo histórico da formação social brasileira em suas contradições. É uma condição necessária para a formulação de uma estratégia autêntica da classe trabalhadora brasileira:

A teoria da revolução brasileira, para ser algo de efetivamente prático na condução dos fatos, será simplesmente – mas não simplisticamente – a interpretação da conjuntura presente e do processo histórico de que resulta. Processo esse que na sua projeção futura dará cabal resposta às questões pendentes. É nisso que consiste fundamentalmente o método dialético. Método de interpretação, e não receituário de fatos, dogmas, enquadramento da evolução histórica dentro de esquemas abstratos preestabelecidos (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 19).

No período em que a estratégia democrático-nacional estava em curso “a concepção então vigente era permeada por equívocos, produto de uma leitura rígida e dogmática da nossa longa tradição militante, que ao formar-se no âmbito imediatista e cotidiano da ação, supervalorizou a prática, obtendo por resultado uma intensa fragilidade teórica” (MARQUES, 2015, p. 110).

Essa contribuição decisiva acerca do método serve de alerta para todas as organizações que se pretendem buscar e percorrer os caminhos da revolução brasileira nos dias atuais. Exige-se um método que seja unitário e coerente para a superação da ordem do capital, ou seja: uma sociedade autenticamente emancipada somente não será realizada, tendo como motor fundamental, os atos da vontade ou da fé militante.

A análise do historiador marxista revela um elemento central: o Brasil, durante o período de vigência da estratégia democrático-nacional, já estava inserido no capitalismo. Junto a essa peça chave, Caio Prado Jr. afirma que a burguesia nacional, ao contrário do diagnóstico inicial da esquerda, não tinha interesses opostos aos das oligarquias latifundiárias. Já naquele momento, a burguesia brasileira não tinha características progressistas nacionais e não poderia, por essa razão, ser parte de um bloco que iria realizar as reformas em atraso.

No entanto, há outro elemento marcante: a não possibilidade objetiva de se realizar uma revolução socialista brasileira naquele período histórico, considerando as características da formação social do país. Mesmo já inseridos no capitalismo, ainda estaríamos, segundo o historiador, pouco amadurecidos para realizar uma empreitada de tamanha magnitude como uma revolução socialista. Em outras palavras, a ruptura socialista é naquele momento irrealizável, sobretudo porque nos faltavam condições mínimas econômicas, políticas, sociais, administrativas e em outros setores estratégicos do país.

Caio Prado Jr. propõe uma saída democrática para esse impasse. Seria necessário amadurecer o capitalismo brasileiro e isso precisaria ser feito de forma democrática e assegurando os interesses nacionais. Seguindo essa linha, a classe trabalhadora deveria lutar pelo desenvolvimento de um mercado interno que pudesse atender as demandas imediatas da população.

Nesse mesmo período, o sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995) também ofereceu a sua contribuição para a análise crítica da estratégia democrático-nacional. Ele identifica o aspecto “autocrático” da burguesia nacional, que se estabeleceu como um

poder arbitrário, isolado do restante da população e que atende somente aos interesses particulares de um poderoso, embora numericamente pequeno grupo dominante. Formada num contexto mundial onde já existia a burguesia imperialista, a burguesia nacional se formou a partir da aristocracia (majoritariamente agrária e oligárquica) e um aglomerado de setores dominantes que se aburguesaram tardiamente com a industrialização no país no início do século 20.

Destaca-se que a burguesia dos países centrais do capitalismo (Estados Unidos e os países da Europa) assume para si as tarefas da revolução burguesa e assegura as reformas necessárias para o desenvolvimento de suas respectivas economias capitalistas. Há um caráter, por assim dizer, progressista nesses países do capitalismo central. No entanto, argumenta Florestan, na formação social brasileira, um país capitalista periférico, não poderiam ser alimentadas ilusões de que a burguesia nacional tivesse uma perspectiva progressista similar ou que fosse realizar nacionalmente as reformas que são esperadas de uma revolução burguesa clássica. Nesse sentido, “a revolução burguesa no Brasil não pode ser vista nas formas clássicas, ou seja, uma aliança da burguesia revolucionária com o proletariado visando a luta contra uma nobreza feudal” (Iasi, 2012).

Nos países do capitalismo central, a forma de expressão política mais desenvolvida para corresponder à infraestrutura das suas economias é a democracia. Não se pode dizer o mesmo do Brasil: aqui, pelo caráter autocrático da burguesia nacional, tivemos apenas breves lapsos democráticos. Vinculada e submetida aos interesses do capital imperialista estrangeiro, a burguesia nacional está interessada em assegurar as condições necessárias para a exportação de capitais e se utiliza do seu instrumento político e jurídico para assegurar os seus interesses de classe, o Estado autocrático.

Nas palavras de Florestan, trata-se de “um poder que se impõe sem reboços de cima para baixo, recorrendo a quaisquer meios para prevalecer, erigindo-se a si mesmo em fonte de sua própria legitimidade e convertendo, por fim, o Estado nacional e democrático em instrumento puro e simples de uma ditadura de classe preventiva. Gostemos ou não, essa é a realidade que nos cabe observar e diante dela não nos é lícito ter qualquer ilusão” (FERNANDES, 2006, p. 397).

Isso significa que ao se relacionar com o poder econômico dominante internacional, a burguesia nacional se submete, considerando a formação social brasileira peri-

férica. No entanto, internamente, na relação com “os de baixo”, a burguesia nacional tem clareza da sua função social:

As classes burguesas não querem (e não podem, sem destruir-se) abrir mão: das próprias vantagens e privilégios; dos controles de que dispõe sobre si mesmas, como e enquanto classes; e dos controles de que dispõem sobre as classes operárias, as massas populares e as bases nacionais das estruturas de poder. As vantagens e privilégios estão na raiz de tudo, pois se as classes burguesas realmente "abrissem" a ordem econômica, social e política perderiam, de uma vez, qualquer possibilidade de manter o capitalismo e preservar a íntima associação existente entre a dominação burguesa e monopolização do poder estatal pelos estratos hegemônicos da burguesia (FERNANDES, 1976, p. 363-364).

Considerando o modelo autocrático burguês, o sociólogo Florestan avalia os cenários políticos possíveis e destaca que na fase final do período ditatorial no Brasil, a burguesia nacional precisava manter seu conteúdo - a reprodução ampliada do capital -, só que agora utilizando outra forma de expressão política: *a democracia de cooptação*.

A tendência seria de agravamento da oferta de serviços públicos para a população, o que incluiria ajustes e o desmonte do Estado. No entanto, essa forma autocrática da burguesia nacional não poderia utilizar apenas a força e a coerção, como no período da ditadura. Aquilo que ficou conhecido como o período da redemocratização se expressa, nas palavras de Florestan Fernandes, uma sofisticada mediação política para “adormecer” os ímpetus revolucionários da classe trabalhadora:

parece fora de dúvida que as classes burguesas mais conservadoras e reacionárias considerarão exagerado o preço que terão que pagar à sobrevivência do capitalismo dependente, através da democracia de cooptação. Mas esse é o único caminho compatível com o tipo de “abertura democrática” que se pretende pôr em prática (FERNANDES, 1976, p. 356).

Se esse novo período histórico exigiu a utilização do consentimento e da cooptação, a nova forma política, conhecida como *democracia de cooptação*, cumpria uma função central: “era necessário retomar as bases de um consentimento da classe trabalhadora, mas sem o retorno do Estado do Bem-Estar Social, que na verdade aqui nunca existiu, mas que no contexto europeu foi o principal instrumento do amoldamento do movimento operário e socialista” (IASI, 2013, p. 28).

No entanto, mesmo diante dessa encruzilhada, o sociólogo marxista sinaliza que a classe trabalhadora - tendo o proletariado como sujeito político determinante e trazendo consigo os demais setores populares - deveria pressionar a burguesia autocrática pelas reformas em atraso. Por seu caráter autocrático, a burguesia não iria realizar essas reformas, o que significa dizer que a partir do instante em que “os de baixo” se colocam em movimento reivindicando essas reformas em atraso, a burguesia nacional e o seu Estado respondem com um retumbante *não*. Florestan não alimentava ilusões com um possível verniz progressista da burguesia.

Essa impossibilidade objetiva e concreta revelaria para a classe trabalhadora os limites da forma democrática do Estado burguês brasileiro autocrático, e os colocaria, portanto, numa luta pela ruptura socialista. Em outras palavras, “o embate em torno do aprofundamento das tarefas em atraso, efetivadas por um programa de reformas que se choca contra os interesses dominantes, pode levar à revolução contra a ordem” (NEVES *et al*, 2014, p. 365).

Cabe ressaltar que para Florestan Fernandes, a democracia em sua plenitude não poderia ser realizada sob a lógica do capital. Segundo o sociológico marxista, uma experiência humana que fosse autenticamente democrática nos aspectos econômicos, políticos e sociais só poderia ser realizada nos marcos do socialismo.

Essas análises foram feitas entre os anos de 1966 e 1973 e Florestan Fernandes acabou chegando a conclusões muito similares às de Caio Prado Jr, embora tivessem percorrido caminhos diversos. Ambos sabiam que diante da formação social brasileira à época, uma ruptura socialista era irrealizável. Por esse motivo era necessário percorrer etapas preparatórias que acumulassem forças.

O sociólogo brasileiro propõe dois movimentos a serem feitos pela classe trabalhadora de forma combinada: um “dentro da ordem” e outro “fora da ordem”. Considerando a abertura democrática que estaria por vir, e sem alimentar ilusões quanto ao seu caráter de cooptação, Florestan sustenta que a classe trabalhadora deveria criar e fortalecer os seus instrumentos de luta e organização: movimentos, sindicatos e partidos políticos.

Para além dessa luta de pressão dos “de baixo e fora da ordem”, seria necessário participar o quanto fosse possível das mais diferentes instâncias do poder político insti-

tucional, tanto no executivo como no parlamento. A união dessas duas ações articuladas criaria condições para uma ruptura.

O período entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980 é marcado pela transição das estratégias predominantes de dois ciclos da esquerda brasileira. Embora a estratégia anterior tenha se encerrado com o golpe militar de 1964, é somente nesse novo período que a estratégia seguinte começa a nascer.

2.3 A estratégia democrática e popular em movimento

Em 1978, a classe operária no Brasil se recoloca em movimento. Ainda durante o período da ditadura militar, as mulheres e homens que trabalhavam nas fábricas realizam diversas ações que impactam na reorganização do restante da classe trabalhadora do país. No dia 12 de maio desse ano, os operários que produziam os caminhões da Scania, no ABC paulista, se organizam a partir dos seus locais de trabalho e iniciam o renascimento das greves do movimento operário brasileiro¹⁶.

A estreita relação entre o campo progressista da igreja católica e os operários é importante para compreendermos o início da estratégia democrática e popular, que se iniciava naquele contexto (ROSSI, 2009). Além dos operários e religiosos progressistas, participam como sujeitos políticos dessa nova estratégia: trabalhadores empregados nos mais diversos setores, trabalhadores desempregados, ativistas que lutavam em suas organizações populares por diferentes e variadas demandas, intelectuais, personalidades e artistas progressistas (PALUDO, 2001).

Em outras palavras: o que materializa essa nova estratégia e a coloca em movimento é conjunto de sujeitos coletivos que pode ser denominado por um “mosaico heterogêneo popular” que lutaria pelas reformas democráticas em atraso (reformas agrária e urbana, educação, saúde, moradia, transporte, saneamento básico, ecologia, etc), que a burguesia nacional não promoveu e continuava não realizando no Brasil.

Em dezembro de 1987 ocorre o V Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT) e nas suas resoluções o partido faz uma avaliação crítica à estratégia determinante do período anterior: “O PT rejeita a formulação de uma alternativa nacional e democrática, que o PCB defendeu durante décadas, e coloca claramente a questão do socialismo” (RESOLUÇÃO DO V ENCONTRO *apud* IASI, 2012, p. 412).

As estratégias de cada tempo histórico precisam ser materializadas por instrumentos políticos que lhes deem corpo, músculos e as coloquem em movimento. No caso da estratégia democrática e popular, o principal instrumento para a sua execução é o Partido dos Trabalhadores (PT) e posteriormente a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

¹⁶ O documentário brasileiro *Braços Cruzados, Máquinas Paradas*, dirigido por Roberto Gervitz e Sérgio Toledo, 79 min. de 1979, retrata de forma precisa as greves operárias desse período.

É nesse mesmo V Encontro Nacional que a resolução afirma de forma explícita o posicionamento socialista do partido.

Nas condições do Brasil, um governo capaz de realizar as tarefas democráticas e populares de caráter anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopolista – tarefas não efetivadas pela burguesia –, tem duplo significado: em primeiro lugar, é um governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa, portanto, um governo hegemônico pelo proletariado, e que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária; em segundo lugar, a realização das tarefas a que se propõe exige a adoção concomitantemente de medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia e com o enfraquecimento da resistência capitalista. Por essas condições, um governo dessa natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático-popular, e, o que é mais grave, criando ilusões, em amplos setores, na possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrática-popular (RESOLUÇÃO DO V ENCONTRO *apud* IASI, 2012, p. 430).

Para realizar essa estratégia, o plano que se tornou predominante no interior do partido ficou conhecido como a **metáfora da pinça**. Essa metáfora incorpora elementos da avaliação crítica da estratégia anterior, ou seja, considera que o capitalismo brasileiro ainda não estava maduro e desenvolvido o suficiente para que a ruptura socialista fosse possível. Além disso, a conjuntura era desfavorável para as forças de esquerda. O Brasil estava saindo de um longo período de ditadura militar, o que exigia um longo processo de acúmulo de forças. Esses elementos anteriores exigiam que a estratégia democrática e popular articulasse duas ações fundamentais para construir o socialismo no Brasil:

uma ação de massas, principalmente fundada na construção da CUT por meio de um movimento sindical classista e dos movimentos populares; e a ocupação de espaços institucionais mediante a disputa eleitoral. O ponto de encontro e a direção destes dois braços seria a organização do PT como força política socialista, independente e de massas (IASI, 2006, p. 442).

Para uma visualização mais nítida, imaginemos um caranguejo e suas duas garras. Em uma delas, a pinça atuaria *fora da ordem* do poder institucional: as ações desse sujeito coletivo, o “mosaico heterogêneo popular”, deveriam ser construídas na sociedade para criar e fortalecer as organizações sociais que impulsionariam as mais diversas lutas populares, sindicais e políticas. O plano é construir uma base social forte que pudesse dar sustentação real na sociedade e legitimidade às ações de *dentro da ordem*,

conforme veremos a seguir. Essa base social viria a ser anos depois a base eleitoral que daria sustentação às prioridades eleitorais.

A outra parte da pinça exigia a participação ativa no interior do poder público, sobretudo no parlamento e se possível no executivo, conforme a conjuntura da época. Uma vez *dentro da ordem*, haveria um modo particular dos trabalhadores de governar, sobretudo visando, no horizonte, a administração do Estado no contexto da ruptura socialista. A participação na arena do Estado autocrático burguês, para utilizar os termos de Florestan, deveria ser conquistada por vias eleitorais e de forma democrática.

A tônica dessa estratégia seria uma combinação de dois movimentos em pinça, a construção de um movimento socialista de massas de um lado, e assegurar as expressões institucionais destas lutas na conquista de espaços institucionais de outro (Iasi, 2016).

Ocorre que na formulação dessa estratégia havia ciência de que o Estado – ou as ações dentro da ordem – não poderiam realizar as tarefas democráticas em atraso. As lutas imediatas, com ampla participação popular, tem nessa estratégia um papel pedagógico. É no momento da luta que os limites do Estado vão sendo conhecidos e como já se sabia que a função social do Estado é assegurar a manutenção da dominação de uma classe sobre a outra, as lutas populares dessa estratégia revelariam essa limitação.

A classe trabalhadora iria levar suas demandas ao poder público e na medida em que as reivindicações fossem sendo aprofundadas os limites do Estado autocrático burguês iria sendo revelado. Esse enfrentamento e desgaste, iria, por assim dizer, ensinar ao povo em movimento que seria necessária uma ruptura socialista.

Em outras palavras, esse ciclo seria um

processo de alargamento da democracia, compreendido como a ampliação progressiva de um conjunto de direitos e de participação política, através da pressão dos movimentos sociais e da ocupação dos espaços no Estado, que se chocariam contra os interesses de nossa classe dominante. É desse choque que emergiria a necessidade do socialismo (NEVES *et al*, 2014, p. 360).

Após percorrermos as estratégias que direcionaram as ações práticas da classe trabalhadora e termos em mãos os elementos que caracterizam a estratégia atual, vamos observar a execução da estratégia democrática e popular no Distrito Federal, no âmbito

da luta sindical docente e sua relação participativa, construtiva e também conflituosa com os governos. É o encontro das pinças, dentro e fora ordem:

o PT e o conjunto de forças e movimentos sociais da classe trabalhadora organizados na *metáfora da pinça* – pressão pacífica de massas através dos movimentos sociais por um lado e ocupação de espaços institucionais pelo partido, por outro” (Mansur, 2015, p. 03 grifo nosso).

Buscaremos analisar, portanto, a realização dessa estratégia do ponto de vista da luta sindical dos professores da rede pública, ou seja, dos trabalhadores do Estado. A partir da teoria da pinça, a luta sindical estaria submetida à realização da estratégia.

2.4 A estratégia democrática e popular no contexto do Distrito Federal

No âmbito sindical, o instrumento político que irá direcionar as lutas sindicais é a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em seu primeiro congresso, realizado em 1984, umas das conclusões unânimes é a “luta sem tréguas contra a classe patronal, até o fim de toda a exploração de classe” (ROSSI, 2009 p. 57).

Ao contrário do que viria a ser tornar décadas depois (TUMOLO, 2002), a CUT começa a sua história recusando qualquer possibilidade de pacto social entre as classes sociais. O caráter socialista presente na sua fundação está descrito nos seus princípios:

1. sindicalismo classista;
2. sindicalismo enraizado na base;
3. sindicalismo livre da interferência do Estado;
4. autonomia dos sindicatos frente aos partidos políticos;
5. democracia interna das instâncias da central;
6. internacionalismo sem alinhamentos;
7. socialismo como objetivo final da luta sindical (Tumolo, 2002, pgs. 114-115)

No contexto do Distrito Federal, a CUT dirigiu e continua dirigindo as principais lutas sindicais, sobretudo nas categorias profissionais de maior expressão, como os professores e os bancários.

Em 1989, o Sindicato dos Professores (SINPRO-DF) publica dois cadernos de formação com um conteúdo coerente em relação à estratégia democrática e popular, que naquele momento visava à construção do socialismo, conforme resolução do V Encontro Nacional do PT, realizado dois anos antes. Esse material pedagógico deveria servir de subsídio para a formação política dos professores. Naquele período histórico, é importante ressaltar, tanto o PT quanto a CUT tinham o horizonte socialista com finalidade de suas lutas. Aliás, umas das características centrais da estratégia é exatamente essa: as lutas sociais imediatas teriam, ao se desenvolver, um final revolucionário.

Tendo como referência teórica central a obra *Classe Contra Classe*, elaborada pelo Núcleo de Educação Popular – NEP 13 de maio¹⁷, o caderno de formação da Secretaria de Formação Política do SINPRO-DF expressava, textualmente, uma perspectiva classista, anticapitalista e socialista.

¹⁷ “O 13 de Maio NEP – Núcleo de Educação Popular é uma entidade que vem desenvolvendo a educação política de trabalhadores e trabalhadoras desde 13 de maio de 1982, inicialmente em São Paulo e posteriormente em vários pontos do Brasil. Embora carregue em sua denominação o termo Educação Popular, a atividade desenvolvida traz, também, muitos elementos do que se caracteriza como Formação Política.” (SILVA, 2008, p. 17)

o sindicato é a organização básica da classe trabalhadora para defendê-la da exploração capitalista. Dizemos "defender", pois, de acabar com a exploração, o sindicato não é capaz ainda. Isso só será possível pela luta política, quando o proletariado derrubar todo o sistema capitalista. Mas a luta sindical é ponto de partida, que nos ensina a agir como um coletivo, defender nossos interesses comuns da categoria e da classe contra um inimigo comum, o patrão, o capitalista (SINPRO/DF, 1989, p. 04).

Em 1994, cinco anos depois dessa formulação, a pinça institucional da estratégia democrática e popular começa a ter condições de ser realizada no âmbito do Distrito Federal. A Frente Brasília Popular (PT, PDT, PSB, PC do B, PCB, PV, PMN, PPS) vence as eleições para governar a capital do país entre os anos de 1995 e 1998, sob a chefia do governador Cristovam Buarque e da vice-governadora Arlete Sampaio, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Para que o estudo desse período específico pudesse ser realizado, foram realizadas entrevistas de roteiro semiestruturado com professores que se dedicaram à luta sindical, seja na direção, na oposição ou na base. Isso exigiu considerar não apenas as ações práticas de militância, mas também a formação político-teórica que constituíram esses sujeitos. Nessas entrevistas, foi feito um cruzamento para contemplar aqueles que tiveram um protagonismo na luta sindical da categoria (condução de assembleias, participação em mesas de negociação, debates públicos, formação sindical, etc).

Nesse campo de investigação foram tomados alguns cuidados:

as entrevistas não foram o único e, dependendo do período estudado, nem o principal instrumento utilizado para a coleta de dados e para o fornecimento de elementos de análise. Como existe uma profunda lacuna de documentação e textos a respeito da formação sindical (...), as entrevistas, auxiliadas por raríssimos textos, se tornaram o recurso central para a reconstituição e análise concernentes àquela época. Nas fases posteriores, todavia, houve a possibilidade de utilizar um leque maior de instrumentos, com clara relevância para os documentos, que acabaram "roubando a cena principal" em relação às entrevistas. Isso explica a razão pela qual, no período inicial do histórico da formação sindical, as entrevistas emergem com grande destaque e nos momentos subsequentes elas aparecem diluídas, cedendo lugar, principalmente, aos documentos. (TUMOLO, 2002, p. 24).

Escolhemos para avaliar aquele que foi o período mais agudo de conflito sindical durante a execução da estratégia democrática e popular no DF. Para conhecer como se deu a realização da estratégia predominante do nosso tempo – através dos seus ins-

trumentos políticos – no âmbito da luta sindical docente, foi necessário entrevistar três sujeitos coletivos e participar de cursos de formação sindical promovidos pelo SINPRO-DF e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Além disso, participei ativamente de assembleias e demais encontros no âmbito sindical. Essas são atividades que fazem parte da dinâmica do professor da rede pública.

Para escolha desses entrevistados, destacam-se os seguintes critérios: participação orgânica na luta sindical e estar na categoria desde a primeira experiência democrática e popular no Distrito Federal – governo Cristovam Buarque – até os dias atuais.

Para obter uma multiplicidade de análise foram escolhidas 02 (duas) diretoras sindicais [D-01 e D-02] que estão exercendo mandato atualmente e coordenam secretarias que são chave para a luta sindical e 01 (um) professor da base que participou e participa da luta sindical no campo da oposição [OP-01].

Os temas geradores – unidades temáticas – mais relevantes para a análise do nosso objeto de pesquisa estão descritos no quadro a seguir:

Quadro 3 - Unidades temáticas que surgiram a partir da análise das entrevistas

Unidades temáticas
A. Engajamento na campanha para a eleição da Frente Brasília Popular.
B. Expectativas e conflitos na composição do governo: de fora da ordem para dentro da ordem.
C. O avanço pedagógico que ocultou o descaso com os professores.
D. Greve de 1996
E. Conflitos subjetivos do militante do campo democrático e popular
F. Relação com o governo federal: a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
G. Greve de 1998.

Por se tratar de uma pesquisa de natureza qualitativa, tomamos como importante instrumento na produção do conhecimento na pesquisa de campo, a entrevista com roteiro semiestruturado, que foram gravadas com o respectivo consentimento desses professores. Ressaltamos ainda que os nomes dos entrevistados não foram divulgados para preservação da identidade.

Não era a nossa pretensão alcançar uma amostragem representativa que nos autorizasse fazer generalizações de análises, no entanto avaliamos ser fundamental ouvir a experiência desses professores militantes. A pesquisa documental e bibliográfica nos permitiu analisar de forma mais precisa os posicionamentos políticos que orientaram a experiência desses militantes.

Em relação ao perfil dos professores entrevistados, destacamos que o tempo de militância no campo sindical docente – seja na base, direção ou oposição – foi de no mínimo 18 anos. A faixa de idade dos entrevistados é de 40 a 55 anos.

A. Engajamento na campanha para a eleição da Frente Brasília Popular.

Pelo caráter progressista, a eleição da Frente Brasília Popular foi cercada de expectativas. Muitos professores da rede pública, filiados e não filiados aos partidos da Frente, se engajaram na campanha eleitoral. No entanto, o fato do governador não ter um histórico orgânico com movimentos populares e sindicais gerou também um receio na militância democrática e popular (BARROSO, 2004). Todos os sujeitos entrevistados participaram da campanha da Frente Brasília Popular.

Sobre o engajamento e as esperanças em relação ao governo democrático e popular, a professora **D-01** recorda:

[...] o PT governando pela primeira vez no DF, existia um clima de muito romantismo por parte dos petistas, dos professores especialmente, nós tínhamos grande parte da categoria que era petista no sentido do projeto, não necessariamente ser filiado ao PT [...] mas de "fazer parte", então tinha toda uma empolgação [...]

Um dos professores entrevistados ainda era estudante de graduação na época da eleição – cursava Pedagogia na Universidade de Brasília – e veio a se tornar professor durante o governo da Frente Brasília Popular. No entanto, mesmo no período do movimento estudantil, o entrevistado participou ativamente da campanha para eleição.

O professor **OP-01** lembra que:

[...] enquanto militante do PT do Gama, em 94, nós fizemos campanha lá no Centro Acadêmico de Pedagogia, fizemos material de campanha lá [...] pintamos algumas camisas, tinha uma responsabilidade enquanto estudante na indicação do voto no Cristovam [...]. Nós fizemos a campanha do Cristovam Buarque para governador e ele ganha em 94.

A professora **D-02** já estava na categoria e também participou da campanha do Cristovam. Ela já participava de um grupo de professores na sua cidade, a maioria já filiada ao Partido dos Trabalhadores. Tinham um compromisso tanto nas questões pedagógicas da escola quanto no engajamento político partidário.

Sobre a participação do seu grupo político na campanha da Frente Brasília Popular, a professora **D-02** relata:

[...] Sim, eram militantes de esquerda, do PT, a maioria já estava já numa construção, né? De ter participado da campanha do Cristovam, a gente ter eleito, né? O governador, né? Do nosso campo, né?

B. Expectativas e conflitos na composição do governo democrático e popular

A participação na campanha eleitoral gerou uma considerável expectativa em relação a Frente Brasília Popular, responsável por executar a estratégia democrática e popular no Distrito Federal. Havia a esperança que o Partido dos Trabalhadores (PT) realizasse um governo para os trabalhadores. Junto com idealização antes do início do governo (BARROSO, 2004, p. 137), surgem os conflitos para a composição dos cargos.

Seguindo a lógica da *metáfora da pinça*, muitos professores da rede pública, compromissados com o governo, vão para o executivo fazer a luta dentro da ordem. Participam tanto da gestão da educação quanto em outras esferas do governo. Alguns sindicatos foram responsáveis pelas indicações daqueles que iriam assumir os cargos no governo. A professora **D-01** lembra que:

[...] a própria discussão da composição do governo com esses quadros já gerou conflito, foi na sua origem, de preteridos, de preferidos, essa coisa da política, então isso acabou já estremecendo a relação e com toda a dificuldade que o governo enfrentava por ter um governo de oposição no governo federal e à época não tinha fundo constitucional [...] enfim, um monte de problemas que o país vivia e com isso o sindicato vivendo pela primeira vez essa experiência de ter um governo que ele elegeu, né?

Os militantes e grupos políticos que antes atuavam no tecido social dos locais de trabalho, estudo e moradia, agora passam a atuar na institucionalidade do governo democrático e popular, ou seja, nas ações *dentro da ordem*. Esse novo posicionamento tem consequências práticas: a ida de militantes destacados para a institucionalidade acaba fragilizando as fundamentais e necessárias ações *fora da ordem*. Sobre ter quadros militantes no governo e os iniciais conflitos oriundos dessa relação ambígua de interesses, a professora **D-01** descreve:

[...] nós tivemos uma situação sindicato-governo muito complicada no PT, particularmente, por isso [...] primeiro nós tivemos vários saindo do sindicato para ir pro governo [...] o que é natural porque os nossos nomes, as lideranças estavam aqui, então era a primeira vez que tínhamos um executivo, íamos buscar nomes onde? Nos sindicatos, e não foi só o nosso, em vários sindicatos isso aconteceu.

C. O avanço pedagógico que ocultou o descaso com os professores

A educação era considerada a prioridade máxima do governo democrático e popular. Construído de forma participativa, o Plano Quadrienal de Educação (PQE-

1995/1997) estampa os seguintes dizeres em sua capa: Governo Democrático e Popular – Fazendo a Revolução da Educação. As políticas eleitas foram as seguintes:

- a) Universalização de acesso e garantia de permanência do aluno na escola;
- b) Qualidade na educação;
- c) Valorização permanente dos trabalhadores em educação;
- d) Gestão democrática (Barroso, 2004, p. 156).

A Escola Candanga era a proposta político-pedagógica do governo e recebeu esse nome para “[...] explicitar seu compromisso com a história do Distrito Federal. Busca no termo candango sua referência ao sonho e tenacidade de quantos vieram para construir, no cerrado brasileiro, a capital de toda a nação”. (CADERNOS DA ESCOLA CANDANGA apud Barroso, 2004, p. 163). Para que essa proposta fosse materializada, a Escola Candanga tinha cinco princípios teóricos:

1. Dimensão sociológica: cidadania e democracia;
2. Dimensão filosófica: ética e ecologia;
3. Dimensão pedagógica: estrutura curricular organizada em fases de formação;
4. Dimensão epistemológica: desenvolvimento e aprendizagem contínuos, construção coletiva e social do conhecimento;
5. Dimensão política: questiona a realidade existente e sugere mecanismos para a sua superação. (Idem, 2004, p. 163).

As professoras e os professores da rede pública, comprometidos com o governo democrático e popular que ajudaram a eleger, assumiram cargos e responsabilidades nos diferentes níveis de gestão (central, intermediário e local) para a execução da estratégia democrática e popular. As professoras **D-02** e **D-01** contribuem com a implementação das políticas do governo, o que incluía a Escola Candanga, sobretudo porque essa ação trazia, na avaliação delas, avanços na esfera pedagógica e também porque era uma importante ação do governo que acaba de ser eleito. **D-02** relata:

[...] a gente começou a fazer essa militância, **a gente percebeu a necessidade para implementar o projeto de governo e o projeto de educação que ele tava trazendo como novidade, a Escola Candanga**. A gente começou a se agrupar, então a gente sentiu a necessidade de fazer debates coletivos de educadores [...] da Escola Candanga, que surgiu como projeto piloto em Brazlândia.

Para além da questão pedagógica e de formação de professores, o governo teve avanços também nas questões de infraestrutura e apoio educacional, com destaque para a alimentação e o material pedagógico. Segundo a professora **D-02**:

Tinha orçamento participativo da merenda escolar e onde foram instituídos os conselhos, conselho da merenda escolar, conselho, né? Então assim, foi muito importante, assim, os lanches eram, nas escolas, material pedagógico. Não faltava material pedagógico, o pedagógico funcionava, a gente estava com uma equipe muito boa, mesmo, sabe?

Em contrapartida, os interesses imediatos dos trabalhadores não foram atendidos, demonstrando uma contradição com os princípios do Partido dos Trabalhadores, que era o principal partido da Frente Brasília Popular. A professora **D-02** ressalta que:

[...] a questão econômica, pro trabalhador, não foi boa. Tanto que nós tivemos três greves, né? Uma greve em que a gente não teve recebimento de salário, contracheque veio zero vírgula zero, zero.

Apesar da relevância político-pedagógica da Escola Candanga naquele período, os interesses dos trabalhadores da educação não foram atendidos pelo governo democrático e popular. O aparente avanço do projeto educacional do governo ocultou a tragédia que foi a relação do governo democrático e popular com os trabalhadores.

A professora **D-02** relata essa contradição:

o governo Cristovam não atendeu a nossa pauta de categoria. Foi o governo que melhor teve um projeto de educação, mas do ponto de vista financeiro, da carreira, a gente não teve. **Pelo contrário, nós perdemos o ticket alimentação no governo Cristovam.**

As conquistas pedagógicas amenizavam, por assim dizer, o não atendimento das necessidades imediatas dos professores. Houve três greves da categoria durante o governo democrático e popular, o que revelou as contradições entre os interesses dos trabalhadores e os limites do Estado. Nessa perspectiva, o professor **OP-01** avalia que apesar dos efetivos avanços pedagógicos, isso acaba ocultando o fato do governador não atender as reivindicações salariais que a categoria exigia.

Como a gente não ia ganhar como dinheiro, como transformar isso como benefício da categoria? Aí nesse momento se discute de forma mais avançada a redução de alunos em sala de aula, [...], jornada ampliada, Escola Candanga. **Transformou-se toda essa ansiedade financeira, digamos assim, pelas conquistas ditas pedagógicas.**

A professora **D-01** sintetiza da seguinte forma:

[...] do ponto de vista pedagógico a educação teve um salto com a Escola Candanga, tiveram as construções, se você pegar o que eram as escolas até 94 e depois de 95 a 98, as escolas foram construídas já na gestão mesmo [...] projetos feitos pelo governo Cristovam [...] você vai ver nitidamente a diferença, você vai ver uma escola do Governo Roriz e uma escola do Governo Cristovam [...] você percebe a diferença [...] então houve investimento, o que não houve foi o que os professores [...] foi o que nós esperávamos, que era de um reconhecimento maior e de melhorias de salários, nós não tivemos. [...] O auxílio alimentação foi suspenso, o pagamento [...] não tinha dinheiro para pagar todo mundo, então ficou essa marca. [...]

D. Greve de 1996

Em abril de 1996, no segundo ano do governo democrático e popular, a categoria docente fez uma greve de 44 dias e não obteve nenhuma conquista. Sobre essa greve, o professor **OP-01** afirma que

[...] esse processo da greve em 96 vai estremecer as relações do sindicato com a categoria, [...] porque os dirigentes do sindicato que eram também dirigentes do partido tinham um problema de como conduzir esse movimento [...] De certa forma a base da categoria cobrava um posicionamento mais aguerrido dos seus representantes que estavam na direção do Sinpro em relação ao governo. [...] Inicialmente vai cindir parte da categoria e muitos da categoria de fato acusavam a direção de fazer uma política partidária, embora a grande maioria votasse no Cristovam.

A partir dos embates entre os interesses sindicais e de governo, houve um episódio político significativo. Após um racha na direção na greve de 1996, os professores da base, em assembleia geral, votaram pela saída de um grupo de diretores do Sindicato. Esses professores da direção, batizados de sindicalistas cristovistas em alusão ao nome do governador, foram expulsos por estarem ao lado dos interesses do governo e não dos professores em luta. O professor **OP-01** lembra que

Na época, esses diretores do sindicato foram acusados de serem pró-governo e não em prol da categoria, mas na verdade tinha muitas coisas envolvidas, entre elas as disputas internas, na direção do sindicato e na direção do partido [...] Esse processo da greve em 96 vai estremecer as relações do sindicato com a categoria, com o governo, porque os dirigentes do sindicato que eram também dirigentes do partido tinham um problema de como conduzir esse movimento. [...] E teve de alguns e de outros não.

Não nos interessa fazer uma avaliação crítica moral dos professores que foram expulsos por serem acusados de defender os interesses do governo. Contudo, esse fato nos revela uma ambiguidade característica da execução da estratégia democrática e popular: quando temos governo e direção do sindicato do mesmo partido, que lado vamos escolher? O fato é que esse episódio da expulsão dos diretores do sindicato acaba provocando uma quebra de confiança entre a direção e a base. A professora **D-01** relata:

[...] ficou aquele clima de **desconfiança**, porque aí era todo mundo do PT e de repente “todo mundo batendo em todo mundo” e gente expulsando gente, o governo que prometeu e não fez e o sindicato dizendo que não fez porque não quis e o governo dizendo que o sindicato era irresponsável, então virou uma salada na cabeça da categoria [...]

E. Conflitos subjetivos do militante do campo democrático e popular

Uma das principais ambiguidades que a execução da estratégia democrática e popular provoca no militante é quanto ao seu posicionamento em momentos chave do conflito entre os interesses do Estado e os interesses da categoria. Participar do governo e assumir um compromisso objetivo com ele acaba impondo ao militante um conflito subjetivo, sobretudo no momento mais agudo que é a greve. Numa greve não há meio termo: ou se está do lado do governo ou se está do lado da categoria.

Sobre esse conflito subjetivo, a professora **D-01** reflete:

Então, para nós que estávamos no governo também era muito delicado porque você sentia meio que traíndo a categoria porque não estava no movimento [...] porque também faz sentido você estar no executivo. Ou você está governando ou você está no sindicato, né?

[...] mas não éramos professores para fazer a greve e tal [...] eu mesmo estava na direção da regional [...] sabe aquela coisa de todos os dias você levantar e a categoria em greve e você indo trabalhar e aí você se reunir pra ver estratégias de como atender e não atender [...] das dificuldades, enfim, então foi extremamente complicado, isso gerou um desgaste muito grande.

[...] mas não éramos professores para fazer a greve e tal [...] eu mesmo estava na direção da regional [...] sabe aquela coisa de todos os dias você levantar e a categoria em greve e você indo trabalhar [...] e aí você se reunir pra ver estratégias de como atender e não atender [...] enfim, então foi extremamente complicado, isso gerou um desgaste muito grande.

F. Relação com o governo federal: a Lei de Responsabilidade Fiscal

Para que a estratégia democrática e popular seja executada é necessário uma base material, sobretudo de ordem econômica, que sustente a efetivação das reformas em atraso e o atendimento das reivindicações dos professores. Embora o Partido dos Trabalhadores fosse oposição ao governo federal, o então governador Cristovam Buarque seguiu à risca a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), proposta pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Uma pergunta que pode ser feita é se seria possível, naquela conjuntura, não assinar a LRF. Considerando que o Estado está submetido a determinantes econômico-políticos, em última instância vinculado objetivamente a assegurar a reprodução ampliada do capital, ocupar esse espaço impõe ao chefe do executivo determinadas condições e necessidades objetivas que vão além das vontades partidárias.

O professor **OP-01** ressalta que:

O que mais chamava atenção na época foi como o Cristovam [...] assina essa lei meio que desautorizando o partido, [...] mas você pergunta: Era possível não assinar? Era possível, o PT acreditava nisso, que era possível manter-se na oposição e não assinar, sendo governo. [...] O governo Cristovam toma uma decisão de assinar, mas o partido acreditava que não devesse.

O governador Cristovam assinou a LRF, mesmo contrariando a orientação do seu partido. O limite orçamentário imposto por essa lei foi um elemento utilizado pelo governador para justificar o não atendimento das reivindicações dos professores. Ao ressaltar os impeditivos orçamentários e jurídicos em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), proposta pelo governo federal e aderida pelo governo democrático e popular, o professor **OP-01** questiona se a estratégia democrática e popular está realmente ao lado dos trabalhadores.

Em 1998 houve uma greve de 69 dias [...] em que o Cristovam é o primeiro que vai assinar a LRF que prende a categoria numa amarra dessa lei e que faz com que a gente finalize a greve sem ter nenhum ganho financeiro. Então a gente iria trabalhar daquele momento até o início de janeiro fazendo a reposição [...] mas com a seguinte questão: **O governo Cristovam do PT é de fato um governo em prol dos trabalhadores? Governava para os trabalhadores?**

G. Greve de 1998

A greve de 1998 foi o momento mais agudo desse conflito. O ano eleitoral aumentou a tensão pela disputa que significaria a continuidade ou não da execução da estratégia democrática e popular no Distrito Federal. Os professores fizeram uma greve de 69 dias e não obtiveram nenhuma conquista. Foi a segunda greve mais longa da história do SINPRO-DF¹⁸. A professora **D-02** avalia que

[...] a última greve foi a mais difícil. Porque era mais próxima, né? [...] Nós éramos contra a greve, mas tivemos que aderir à greve, eu votei contra a greve.

A estratégia democrática e popular, com sua metáfora da pinça, exigia as ações *dentro e fora da ordem*. Por esse motivo, mesmo os militantes mais aguerridos que eram a favor da luta sindical, sabiam que perder o governo era colocar em risco todo o projeto da estratégia democrática e popular. Isso impactou inclusive a subjetividade daqueles que estavam no governo, mas que ao mesmo tempo tinham vínculos políticos com a luta sindical. Segundo a professora **D-02**:

Foi muito difícil, [...] porque acaba que a gente tem mesmo essa relação que muitas vezes é meio simbiótica, mas a gente tem claro o nosso papel, né? Enquanto dirigente sindical numa relação capital e trabalho, o nosso papel é estar do lado do trabalhador, e aí é um conflito muito grande, isso, porque você constrói uma política de enfrentamento que você sabe que vai levar o seu projeto ao desgaste [...] Que é mais amplo, é projeto de sociedade, né?

De fato a greve de 1998, somada às outras duas greves anteriores, desgasta o governo democrático e popular. Após a derrota eleitoral, há uma divergência de avaliação do período. Uma das avaliações feitas é que a luta sindical da categoria acabou desgastando a luta política por ocupar espaços no poder institucional, o que de fato impediu a continuidade da estratégia. A professora **D-02** avalia

O Cristovam não se reelegeu e do ponto de vista da esquerda, pra gente foi uma derrota. [...] Todos os militantes que se organizam [...] têm uma organização que antecede à militância sindical, que é a própria organização de base, de base partidária, de base social, né?

Mesmo os professores que participaram do governo fizeram críticas a essa relação de ambiguidade do governo democrático e popular. Nas greves de 1996 e 1998 não

¹⁸ Em maio de 1992 a categoria fez uma greve de 72 dias, porém conquistou reajustes salariais que variaram de 11% a 23%.

houve nenhuma conquista e na última greve ainda teve a perda do tíquete alimentação.

A professora **D-02** relembra que

[...] nós tivemos três greves no governo do Cristovam, que foi muito duro, assim. Que o governo Cristovam não atendeu a nossa pauta de categoria. Foi o governo que melhor teve um projeto de educação, mas do ponto de vista financeiro, da carreira, a gente não teve. Pelo contrário, nós perdemos o tíquete alimentação no governo Cristovam.

Segundo o professor **OP-01**, essa greve durou 69 dias teve um impacto também objetivo no bolso dos professores:

Nós ficamos quase dois meses sem receber salário, né? O segundo salário já foi acordo de fim de greve, então a gente já conseguiu, né? Mas o primeiro salário, a gente não recebeu mesmo.

Ainda sobre a última greve, a professora **D-02** faz uma síntese do período e uma avaliação do desgaste entre o governo democrático e popular e os professores, o que, segundo ela, acabou impedindo que o governo da Frente Brasília Popular se reelegesse.

Bom, então a gente teve ali essas três greves no governo Cristovam, nós tivemos dificuldade de negociar, foi greve muito desgastante, o Cristovam ficou muito desgastado, com as categorias, né?

Os professores buscaram reivindicar os seus direitos, lutaram e não tiveram as suas demandas atendidas pelo Estado, que naquela ocasião era administrado pela Frente Brasília Popular. Diante do não atendimento das suas pautas, a direção do SINPRO-DF organizou três greves: 1995, 1996 e 1998. Para os professores militantes do partido naquele momento, esse período gerou um conflito central: estar do lado dos interesses dos trabalhadores ou fortalecer o governo que ajudamos a eleger, mesmo ele não atendendo aos interesses da categoria docente?

O governador Cristovam perde as eleições em 1998, e um dos elementos centrais para a não continuidade da estratégia democrática e popular no Distrito Federal foi a relação conflituosa com a categoria docente. Barroso (2004) avalia o governo:

Cristovam andou sobre o fio da navalha, incluindo-se alguns tropeços e recuos, principalmente nas relações institucionais com os sindicatos. Rapidamente foram desfeitos os equívocos quanto à abrangência e profundidade das mudanças que a Frente Popular poderia implementar. As ilusões eleitorais foram substituídas por ações factíveis, ocasionando divergências com as bases tradicionais dos par-

tidos da Frente, principalmente do PT. **O mandato foi atravessado pelos conflitos com o movimento sindical, em especial com os sindicatos ligados à educação** (2004, pgs. 198-199 – grifo nosso)

Um dos pilares da estratégia democrática e popular prevê que as ações combinadas de dentro e fora da ordem irão fortalecer a base social. Um governo que priorize e atenda os interesses dos trabalhadores teria como finalidade também contribuir para organização social. No entanto, ao contrário do que foi planejado inicialmente, não houve fortalecimento da luta sindical docente.

A decepção dos trabalhadores da educação com o governo acabou derrubando esse mito do acúmulo de forças e a execução da estratégia democrática e popular no Distrito Federal acabou produzindo um resultado inverso: a categoria sai dessa experiência decepcionada, fragmentada e apassivada:

um dos mitos da estratégia democrática e popular é o acúmulo de forças: A ideia geral é que por não haver condição de rupturas revolucionárias, nem correlação de forças por mudanças estruturais no sentido do socialismo, a democratização da sociedade e as reformas graduais iriam criando as bases políticas para o desenvolvimento gradual de uma consciência socialista de massa (IASI, 2013).

A relação entre governo e sindicato, entre as ações políticas de *dentro da ordem* com as ações de *fora da ordem* acabaram produzindo um estranhamento. Aquilo que nasceu para estar ao lado dos trabalhadores, na sua realização, acabou por se tornar no seu contrário. A professora **D-01** avalia que

[...] a derrota do Cristovam foi resultado dessa relação conflituosa, porque a categoria foi se decepcionando e ia se decepcionar mesmo.

[...] mas o movimento foi feito e acabou é aprofundando mais essa crise, tanto que a categoria manifestou sua insatisfação, sua decepção com o Cristovam e não correspondeu.

[...] e aí o que foi o mais grave disso? Porque o governo sair derrotado em algum momento sai mesmo, é um processo natural, o sindicato tem que se posicionar mesmo, tem que fazer o enfrentamento, tem que fazer o que tinha que ser feito, mas o problema é que a forma com que foi feito, fez com que a categoria também ficasse sem vontade para participar, porque o clima encima do caminhão nas assembleias, era tudo de muito racha, aí nós tivemos diretores expulsos e a condução foi da própria direção do sindicato, então é meio que você fica assim.

De certa forma, esse episódio da expulsão dos diretores mostrou um posicionamento aguerrido da direção do sindicato. Apesar de serem do mesmo partido e de assumirem o enfrentamento público daquela disputa política, o fato de irem contra o governo democrático e popular mostrou para a categoria que havia alguma disponibilidade de enfrentamento. A professora **D-01** destaca

[...] imagina você da categoria na base, lá embaixo, assistindo a tudo isso, o que é isso? Que povo é esse que está aí ? [...] Como é que eu vou confiar em tudo isso? A categoria ficou desconfiada de todo o mundo, de um governo que ela se decepcionou e de um sindicato que também estava sendo contraditório na sua própria trajetória, né? Então com o término do governo sai Cristovam derrotado e a categoria derrotada, e a categoria não queria ir a assembleia, não acreditava mais em ninguém.

Em síntese: o partido vence democraticamente as eleições, governa e administra o Estado autocrático burguês e ao executar a sua estratégia democrática e popular entra em choque com os interesses dos trabalhadores.

Considerando a luta sindical dos professores na esfera distrital, essa experiência já revela em germe uma ambiguidade da estratégia democrática e popular que irá acompanhá-la durante o seu desenvolvimento e que irá se mostrar por inteiro após ela atingir o seu mais alto grau de amadurecimento: o governo federal em 2002.

As garras da pinça (dentro e fora da ordem) foram sendo desenvolvidas de forma desigual. No decorrer dos anos, a dedicação à esfera institucional foi crescendo de forma acelerada, tanto no executivo quanto no legislativo.

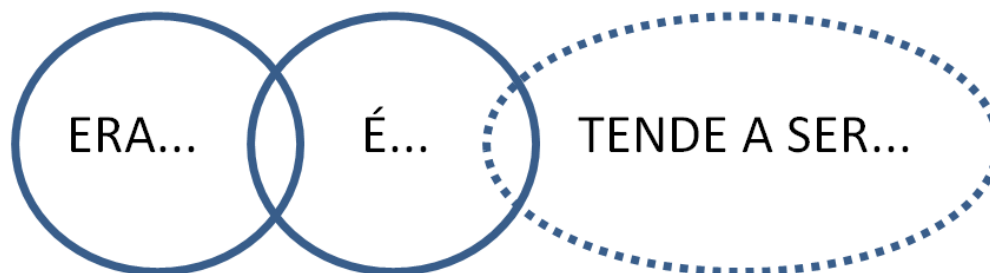
As eleições ganham uma importância monumental e o que era um movimento para *acumular forças* e alcançar a ruptura socialista acaba ganhando uma importância desproporcional. As energias militantes são giradas prioritariamente para vencer as eleições e cada vez menos dedicadas à construção processual e metódica de organização pela base, com viés socialista.

2.5 A estratégia democrática e popular: o que ela tende a ser?

Para a realização desse trabalho foi necessário compreender os ciclos históricos e as suas respectivas estratégias políticas determinantes. Por isso buscamos compreender os elementos centrais da estratégia anterior – estratégia democrático-nacional – e assim compreender os elementos da estratégia predominante do nosso tempo, a estratégia democrática e popular.

Embora ela tenha sido executada em dois períodos – Governo Cristovam Buarque (1995-1998) e Governo Agnelo Queiroz (2011-2014) – escolhemos analisar a primeira experiência, por se tratar do período mais agudo da luta sindical com o governo democrático e popular.

Considerando o método que escolhemos para essa investigação, foi necessário compreender o objeto **em movimento**, a partir do caminho percorrido. Isso exige realizar um esforço para capturar o **que o objeto era, o que ele é, e o que ele tende a ser**. Nessa perspectiva que analisaremos as possíveis tendências da estratégia democrática e popular, no âmbito da luta sindical do Distrito Federal.



A segunda experiência da estratégia democrática e popular no âmbito distrital se deu entre os anos de 2011-2014, sob a chefia do governador Agnelo Queiroz (PT) e do vice-governador Tadeu Filipelli (PMDB). Nesse período, o governo teve três diferentes secretários da educação: uma secretária e dois secretários. Um deles, inclusive, já tinha sido diretor do SINPRO-DF e teve que negociar uma greve de 52 dias.

Apesar da greve, o secretário de educação fazia parte do campo político majoritário que dirigia o sindicato. A professora **D-01** relata que:

[...] no governo Agnelo, eu estava já no sindicato, e era o Denílson o Secretário de Educação, que também havia sido diretor do sindicato. Até diziam que era indicação nossa, mas nós não participamos direta-

mente, mas isso é [...] não tem como você retirar isso, fazer com que as pessoas entendam, inclusive porque ele é do meu campo político.

Ao contrário do que seria esperado numa luta entre adversários – Estado versus Trabalhadores – na estratégia democrática e popular havia um pacto de compreensão, tanto de um lado quanto do outro, sobretudo considerando que tanto o gestor quanto os diretores do sindicato são da mesma força política. Segundo a professora D-01, existia:

[...] uma exigência de quem está aqui no sindicato compreenda as dificuldades do governo, né? E nós que estamos aqui também temos a exigência da nossa parte para que eles conhecendo tão bem quais são as nossas reivindicações, todas as dificuldades que a gente vive e tal que também tem uma outra ação, uma outra postura que faça diferente de outros, né? E aí você precisa lidar com isso e manter um equilíbrio o tempo todo e principalmente pra o exercício pra você manter a autonomia [...] tanto o governo tem que manter a autonomia quanto a gente. Nós muito mais, então isso é realmente assim, um desafio muito grande que você tem do outro lado.

[...] são as pessoas em quem você confia, né? **Porque são pessoas da sua relação, que você convive há anos e que defende as mesmas bandeiras que você, e que eu também votei e elegi. Tá lá porque são pessoas que eu acredito, que eu acredito num programa de governo que eu participei e participo dele.** (grifo nosso)

Nos marcos do sindicalismo cidadão, a direção do SINPRO-DF busca as melhorias de vida para a categoria e reafirmar a opção por continuar executando a estratégia democrática e popular no Distrito Federal. Para além de avaliações críticas das táticas adotadas, e inclusive do reconhecimento de equívocos no campo tático/imediato, não está no horizonte do campo majoritário uma avaliação crítica da estratégia que trouxe a esquerda até esse momento. Segundo a professora **D-01**:

Estou aqui porque eu quero representar interesses da categoria e quais são os interesses da categoria? É que essa categoria tenha além do seu reconhecimento e ter uma compensação financeira, mas que ela tenha qualidade de vida, inclusive a partir das boas condições de trabalho, etc e tal, de saúde, que é ser e estar melhor, se eu posso governar Brasília significa eu ter condições ou pelo menos oportunidade de fazer isso para muito mais gente e é através da organização política e partidária. É essa aliança toda que vai proporcionar isso, não tem outro caminho e eu continuo acreditando nas nossas bandeiras sim, né? [...]

O movimento sindical ele pode sim cumprir com esse papel, ele pode mostrar pra sociedade, não só para a categoria, mas informar pessoas

para que possam ir além, para que possam governar, pra que possam ter parlamentares, para que a gente realmente concretize um monte desses sonhos que a gente vem aí a tantos anos. E eu não vejo outra forma, você pergunta: ainda é essa estratégia? Eu acho que é ainda o que nós temos e é claro que aí com muitos reparos a serem feitos.

[...] agora temos que reconhecer que falhamos e quando eu digo falhamos é enquanto movimento sindical mesmo, governar não é fácil, estar no movimento sindical não é fácil e ter as duas coisas, os dois campos, o mesmo campo nos dois espaços pode se tornar mais difícil ainda. Temos que ter cuidado porque se não fica parecendo também assim, eu e você somos do mesmo partido, militamos e tal, aí você vira governador e eu tou aqui no sindicato. Aí de repente parece-me que as nossas bandeiras não são mais as mesmas, aí eu tenho que bater em você e você tem que renegar o sindicato também. Então, não é isso. Por outro lado também não pode ser assim, agora o meu companheiro que tá governando, então tá tudo certo. O que vem de lá tá ok e é isso mesmo e pronto. Então, esse equilíbrio, né? É que a gente tem que se policiar o tempo todo.

Agora, o centro que você colocou, como transformar essa sociedade? Como a gente pode fazer com que a classe trabalhadora tenha mais, ocupe mais, tenha mais o que lhe é de direito. Não vejo outro caminho se não é essa velha estratégia, entendeu? E é ocupando.

Na esfera da educação pública, o exercício democrático e popular mais significativo foi a construção do Plano Distrital de Educação (PDE), que deverá ser executado entre os anos 2015 e 2024. Para a construção desse plano houve um pacto social entre o poder público distrital e diversas organizações no âmbito da educação, que compõe o Fórum Distrital de Educação (FDE).

O SINPRO-DF participa dessa instância de diálogo, construção, acompanhamento e controle social das políticas públicas implementadas pelo governo. Embora tenha sido assinado e oficializado apenas em 2015, o PDE foi construído de forma bastante participativa durante o governo democrático e popular. Vejamos o que diz a apresentação desse documento oficial:

O primeiro Plano Distrital de Educação – PDE da história de Brasília, sancionado pelo Governador em julho de 2015, foi elaborado por meio de ampla participação da comunidade escolar, de representantes da sociedade civil e do poder público ao longo de dois anos. Instituído pela Lei nº 5.499/2015, o Plano Distrital de Educação é a referência para o planejamento das ações desta Secretaria de Estado de Educação, com período de vigência de 2015 a 2024.

[...] Por fim, destaca-se que a concepção que norteia o PDE 2015/2024 compreende a educação como peça fundamental para a construção do Estado Democrático, cuja materialização intenta um projeto de desen-

volvimento social, político, econômico, cultural e educativo como estratégia de superação de desigualdade social (Distrito Federal, 2015).

Na esfera da educação, O PDE é a materialidade do compromisso do Estado autocrático para realizar aquelas reformas em atraso, citadas por Florestan Fernandes. O governo democrático e popular, chefiado por Agnelo Queiroz, não se reelegeu em 2014. No entanto, o PDE se tornou o principal instrumento de reivindicação do SINPRO-DF para os demais governos. Embora o Plano tenha sido formulado para ser concluído em 2025, trata-se de um instrumento ousado e idealizado sobretudo por organizações do campo democrático e popular, que visavam a concretização dessas reformas em atraso.

O PDE provavelmente será utilizado como marco de referência para as lutas da categoria docente, se configurando como uma espécie de horizonte a ser alcançado pelos professores da rede pública de ensino. Nesse sentido, a consciência social dos professores tende a se movimentar, de forma restrita, para as reivindicações ao Estado, via políticas públicas. Se a análise de Florestan ainda for válida, uma velha questão se recoloca: esse Estado autocrático – que por sua natureza e função social está vinculado aos interesses de uma classe sobre a outra, apesar de quem esteja na sua administração – permitirá a realização das reformas descritas nas metas do PDE, caso elas se choquem com os interesses históricos da burguesia?

Cientes de que a burguesia brasileira não tem um caráter progressista e que por esse motivo não deseja nem tem condições objetivas para realizar essas reformas educacionais, a tendência é que – dentro da ordem do capital – as metas do PDE não serão atendidas em sua plenitude. Concordamos com a conclusão de que

[...] os caminhos e descaminhos da história brasileira já demonstraram que a “democratização” neste país não atingiu e nem atingirá os padrões de “bem-estar” de suas congêneres europeias, as “democracias de cooptação” pra valer (Neves et al, 2014, pgs. 379-380).

Pelo histórico analisado, a tendência indica que o PDE não poderá ser atendido em sua plenitude mesmo que tenhamos uma terceira experiência da estratégia democrática e popular no Distrito Federal. Isso significa que não será possível uma etapa democrática e popular anterior a ser desenvolvida para a ruptura socialista, sobretudo porque já não é mais possível reformas ou melhorias dentro da ordem do capital. A luta sindical – na perspectiva democrática e popular – está esgotada como possibilidade de construção de uma sociedade emancipada.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em períodos de crise do capital, o Estado exerce de forma mais explícita a sua função social histórica de assegurar os interesses de uma classe em detrimento da outra. Para tanto, busca implementar uma série de ajustes e desmontes para precarizar ainda mais a vida da classe trabalhadora.¹⁹ No caso da categoria docente, há um histórico de lutas e reivindicações que são geradas a partir do processo de precarização das suas condições de trabalho (RÊSES, 2015).

Esse modo de produção e reprodução da vida já não atende às nossas necessidades vitais e muitos menos os nossos interesses históricos: “a primeira lição que precisamos aprender é que um capitalismo ético, sem exploração e socialmente justo que beneficie a todos é impossível. Contradiz a própria natureza do capital” (HARVEY, 2011, p. 193).

O sindicalismo cidadão – construído nos marcos da estratégia democrática e popular – se posiciona a favor da conciliação de classes quando compreende que a ordem do capital não é tão ruim assim, se for possível vender a força de trabalho por um preço maior e assim comprar mais mercadorias para sobreviver.

Diante desse momento da história, a questão de Florestan Fernandes se recoloca: estamos lutando somente para um conjunto de reformas pontuais dentro dessa ordem? Ou estamos nos organizando e construindo as condições objetivas e subjetivas para a superação dessa ordem?

A participação de quadros militantes da estratégia democrática e popular no Estado autocrático produz não apenas melhorias dentro da ordem. Produz também apassivamento de classe. Trata-se de um conhecido fenômeno social democrata, vivenciado por partidos nascidos da luta operária e socialista e que se transformaram em seu contrário. Em síntese: “Os líderes tornam-se representantes. Massas representadas por líderes – eis o modo de organização da classe trabalhadora no seio das instituições capitalistas. Dessa maneira, a participação desmobiliza as massas” (PRZEWORSKI, 1989, p. 27).

¹⁹ Considerando o caráter fundante do Estado autocrático, mesmo os governos democráticos e populares que estão na administração desse Estado são constrangidos pela ordem do capital a aplicar esses ajustes contra a classe trabalhadora.

Ao se colocar para administrar o Estado burguês, o partido da estratégia democrática e popular toma para si responsabilidades de realizar as tarefas democráticas que a burguesia não foi capaz de cumprir e pior: *não tem interesse e não irá realizar*.

No âmbito do Distrito Federal, as garras da metáfora da pinça já se encontraram duas vezes e ao contrário da expectativa inicial, a classe trabalhadora acaba saindo mais enfraquecida. Esse movimento nos revela que o plano de acumular forças, utilizando a estratégia democrática e popular, é um mito, conforme foi demonstrado pela experiência do governo da Frente Brasília Popular, entre os anos 1995 e 1998 no Distrito Federal.

Sem uma séria e rigorosa análise dessa estratégia, corremos um risco de nos limitarmos a participar e contribuir com as políticas públicas do Estado autocrático, fazendo somente aquilo que a burguesia permite que façamos.²⁰

Florestan nos oferece algumas pistas sobre onde fomos parar depois desses longos anos de estratégia democrática e popular, num período em que muitos quadros militantes da nossa classe foram vitaminados para serem gestores do Estado e uma vez nos cargos comissionados, administrar a pobreza e apassivar a classe. Em 1986, ele inicia sua experiência parlamentar.

Dois anos depois, o calibrado analista político escreve um artigo onde já sinaliza que “a estratégia do PT voltou-se para o aumento rápido da participação de seus quadros e militantes ou dirigentes nas estruturas do poder do Estado” (FERNANDES, 2006, p. 249). Nesse sentido há uma deformação brutal após o mergulho nas águas da administração do Estado autocrático.

A estratégia que nasceu da luta operária contra o capital e o seu Estado, se desenvolveu nos marcos da democracia de cooptação (FERNANDES, 1976) e quando alcança a administração do Estado acaba se tornando o seu contrário, ou seja, reproduz a aliança com a classe dominante e tenta conciliar interesses inconciliáveis.

Parece que a experiência histórica da estratégia democrática e popular, da qual somos participantes e herdeiros, exige um sério e exigente acerto de contas. Esse inventário rigoroso, a ser construído de forma coletiva nas organizações da classe trabalhado-

²⁰ No contexto distrital, o Partido dos Trabalhadores (PT), em seu exercício da pinça, provavelmente buscará formas de retomar os caminhos da estratégia democrática e popular, e nesse sentido, concorrer às eleições para o executivo e o parlamento. Submeterá o instrumento sindical, vinculado à CUT, para esse esforço dentro e fora da ordem. Em um futuro próximo governo democrático e popular, a tendência é que o programa de governo busque para a realização das metas que estão descritas e pactuadas no Plano Distrital de Educação.

ra (movimentos e coletivos de base, oposições sindicais, sindicatos, centrais e partidos) servirá, sobretudo, para compreender esse sujeito coletivo de esquerda, com uma tendência social democrata predominante.

Se no início da estratégia, o processo de consciência se movimentava para uma perspectiva anticapitalista e socialista, nos parece que esse movimento foi sendo historicamente desconstruído para uma perspectiva meramente reformista e social democrata. Essa *social-democratização de uma luta planejada para ser anticapitalista* não é uma novidade. Esse fenômeno foi analisado por Karl Marx (1818-1883), no século XIX.

Quebrou-se o aspecto revolucionário das reivindicações sociais do proletariado e deu-se a elas uma feição democrática; despiu-se a forma puramente política das reivindicações democráticas da pequena burguesia e ressaltou-se seu aspecto socialista. **Assim surgia a socialdemocracia.** [...]

O caráter peculiar da socialdemocracia resume-se no fato de exigir instituições democrático-republicanas como meio não de acabar com os dois extremos, o capital e o trabalho assalariado, mas de enfraquecer seu antagonismo e transformá-lo em harmonia. Por mais diferentes que sejam as medidas propostas para alcançar esse objetivo, por mais que sejam enfeitadas com concepções mais ou menos revolucionárias, o conteúdo permanece o mesmo. Esse conteúdo é a transformação da sociedade por um processo democrático, porém uma transformação dentro dos limites da pequena burguesia (MARX, 2000, p. 56).

É aqui que Florestan (2006, p. 252) nos coloca uma questão decisiva, como se fosse necessário olharmos no espelho após a estratégia democrática e popular ter sido executada. Se ainda estamos submetidos à ordem do capital, a mesma pergunta de antes é agora feita novamente: lutar pela ruptura socialista ou pelo reformismo de curto alcance e barato, que convém ao radicalismo de classe média e pequeno-burguês?

Quanto ao esgotamento da estratégia democrática e popular, sobretudo após a análise da realização no seu ponto mais desenvolvido – o governo federal durante os anos de 2003 até a sua interrupção em 2016 – a pesquisa de Neves *et al* (2014, p. 359) conclui que

1. Vivemos hoje o encerramento de um ciclo histórico, o ciclo do Partido dos Trabalhadores e de sua estratégia: a Estratégia Democrática e Popular.
2. A lógica interna desta Estratégia, sua tensão permanente entre acúmulo de forças e ruptura, tende a estrangê-la nos marcos da ordem burguesa. Isto nos leva a afirmar que a Estratégia Democrática e Popular foi plenamente desenvolvida nos três sucessivos governos do

Partido dos Trabalhadores. A expressão mais clara de seu esgotamento deu-se nas manifestações de Junho de 2013, ou “jornadas de junho”.

3. A Estratégia Democrática e Popular, portanto, não foi abandonada, nem traída, nem rebaixada: ela foi realizada em condições para as quais suas contradições internas apontavam. Para articulação entre a hipótese anterior, a presente hipótese é a seguinte: faz-se indispensável o debate sobre o caráter do Estado e suas formas de expressão – no caso em questão, o debate sobre a democracia.

Nesse sentido, trata-se, mais do que nunca, buscar formas de superar a estratégia predominante do nosso tempo. Sabemos que as lutas por direitos são fundamentais e não há dúvidas sobre essa questão. No entanto, ao se restringirem às reformas imediatas, dentro da ordem do capital e sem uma perspectiva de superar esse modo de produção, trazem um impasse enorme:

Sem desconhecer a importância dessas formas de consciência e de lutas (reivindicatória), é preciso apreender os fundamentos (causas últimas e sistêmicas) dos seus problemas, para que não desenvolvam uma ação desarticulada do todo, que atacando as consequências, não consegue transformar a realidade, a não ser no nível das manifestações. **São formas de consciências e de lutas que, ao não atingirem a totalidade da realidade social, isolando os aspectos da reivindicação dos demais e dos fundamentos e leis do sistema social, tornam-se exclusivamente reformistas: mudanças isoladas, que não alteram os fundamentos da ordem vigente** (MONAÑO E DURIGUETTO, 2011, p. 103 – grifo nosso).

Tanto o Partido dos Trabalhadores (PT) quanto a Central Única dos Trabalhadores (CUT) foram dois importantes instrumentos que dirigiram as lutas sindicais e políticas desse ciclo democrático e popular que ainda estamos submetidos. Muitos de nós participamos dessa construção e também somos também herdeiros desse processo político. No entanto, a estratégia que orientou esses dois instrumentos de luta foi executada e ao realizar acabou tornando-se o contrário do planejamento inicial.

Este trabalho não tem como objetivo apontar certezas, busca apenas contribuir para o campo de reflexões que estão sendo feitas acerca dos limites da estratégia predominante do nosso tempo.

Ao iniciarmos uma avaliação crítica do caminho percorrido até aqui e de como a estratégia influenciou as lutas sindicais da categoria docente do Distrito Federal, temos como objetivo reforçar dois alertas: primeiro, se ignorarmos a necessária crítica da es-

estratégia predominante do nosso tempo corremos um sério risco de repetir erros já cometidos anteriormente e segundo, o que é pior, apresentar esses erros como se fosse novidade dos tempos atuais (LAGE & MASSATELLI, 2016).

Durante a pesquisa, tomamos o cuidado de não fazer julgamentos de ordem moral dos sujeitos envolvidos, pois os desvios das lutas não são explicados meramente pelas vontades e desejos dos dirigentes políticos. Ao mesmo tempo, também buscamos evitar considerar unicamente os elementos objetivos, como a base material econômico-política. Para compreender o caminho percorrido consideramos tanto os fatores objetivos como os fatores subjetivos. Foi por esse motivo que essa pesquisa teve como fio condutor a estratégia predominante do nosso tempo.

A realidade nos mostra que é necessário irmos além da estratégia que nos trouxe até aqui. Essa superação, longe de ser um exercício estritamente teórico, deverá contar com a construção de mulheres e homens trabalhadores organizados. Essa tarefa nos exige um árduo e metódico esforço de refazer o caminho e aprender com os erros já conhecidos.

Diante do esgotamento desse ciclo, é necessário realizar um sério, rigoroso e profundo inventário da estratégia do nosso tempo para que possamos reencontrar os caminhos da ruptura socialista. Esta pesquisa está longe de cumprir com a tarefa de realizar um inventário da estratégia predominante do nosso tempo. No entanto, este estudo é apenas uma sinalização da necessidade de compreendermos – com um método unitário e coerente – os caminhos e descaminhos percorridos na história recente pela nossa classe. Esses tempos duros e difíceis exigem um acerto de contas entre nós mesmos.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOGO, Ademar. **Organização política e política de quadros**. 1ª edição. São Paulo. Expressão Popular, 2011.

CISNE, Mirlla. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CURADO SILVA, Kátia Augusta Pinheiro Cordeiro; LIMONTA, Sandra Valéria. **A pesquisa na formação e no trabalho dos professores da educação básica**. Revista Diálogo Educacional (PUCPR), v. 12, p. 743-762-762, 2012.

DAL ROSSO, Sadi; CRUZ, Hélvia Leite e RÊSES, Erlando. **Condições de emergência do sindicalismo docente**. In: Proposições. Revista quadrimestral da Faculdade de Educação /UNICAMP. Campinas, SP, v.22, n. 2 (65), maio/ago, 2011.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**; tradução Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

FONSECA, Mônica Padilha. **Porque desisti de ser professora: um estudo sobre a evasão docente**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5ª edição. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo**. São Paulo: Globo, 2006.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. **O amor nos tempos do cólera**. Tradução Antônio Calado. 34ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2008.

GENNARI, Emílio. **Dicas para uma análise de conjuntura**. Disponível em <http://www.dsbh.org.br/site/docs/4.pdf>. Acesso em 23/01/2016.

GENNARI, Emílio. **Quando ensinar é adoecer**. Disponível em http://sismmar.org.br/arquivos_para_baixar?filtro=45&ordem=date. Acesso em 14/01/2017.

- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 1**. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1999.
- HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. - São Paulo, SP: Boitempo, 2011.
- IASI, Mauro Luis. **Metamorfoses da consciência de classe (O PT entre a negação e o consentimento)**. Expressão Popular, São Paulo, 2006.
- IASI, Mauro. **Processo de consciência**. CPV - Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro, São Paulo, 1999.
- IASI, Mauro. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. Expressão Popular, São Paulo, 2007.
- IASI, Mauro. **Educação e consciência: desafios estratégicos**. Perspectiva (UFSC), v. 31, p. 67-80, 2013.
- IASI, Mauro. **O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência**. São Paulo: Viramundo, 2014.
- IASI, Mauro Luis. **Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora**. Partido Comunista Brasileiro, 18 de março de 2013. Acesso em 12 de novembro de 2016.
- IASI, Mauro Luis. **Senso comum e conservadorismo: o PT e a desconstrução da consciência**. Artigo. Blog da Boitempo, 2013.
- IASI, Mauro Luis. **A crise do PT: o ponto de chegada da metamorfose**. Artigo. Blog da Boitempo, 2016.
- LAGE, Daniel; MASSATELLI, Rodrigo. **A irresistível centralidade da tática e os dilemas requeitados**. Artigo. Site. Passa Palavra, 2016.
- LEFEBVRE, Henri e GUTERMAN, Norbert. **Introdução**. In: Lênin, Wladimir Ilitch, 1870-1924. **Cadernos sobre a dialética de Hegel / V. I. Lênin**; tradução de José Paulo Netto. - Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Que fazer? As Questões Palpitantes do Nosso Movimento**. Editora Hucitec - São Paulo, 1979.
- MARQUES, Morena Gomes. **Em busca da Revolução Brasileira: Uma análise crítica da Estratégia Democrático-Popular**. 1ed. Curitiba: Editora Prismas, 2015, 240p.
- MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2000.
- MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2ª Ed. São Paulo: Expressão popular, 2008.

- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. Trad. de José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução: Álvaro Piña, Expressão Popular, São Paulo, L & PM, Porto Alegre, 2009.
- NEVES, Victor de Souza; MOTTA, Stefano; FIGUEIREDO, Isabel Mansur; PRADO, Fernando Correa; MARTINS, Caio. **A 'estratégia democrática e popular' e um inventário da esquerda revolucionária**. Marx e Marxismo. Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Marx e Marxismo, v. 2, p. 357-381, 2014.
- PALUDO, Conceição. **Educação Popular em busca de alternativas: Uma leitura desde o Campo Democrático Popular**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- PAULO NETTO, José. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. 1ª edição. São Paulo. Expressão Popular, 2011.
- PAULO NETTO, José. **Crise do Capital e Transformações societárias**. In: *Serviço Social e Sociedade*, 111, São Paulo: Cortez, 2012.
- PAULO NETTO, José. **Relendo a teoria marxista da história**. In: D. Saviani et alii. (Org.). *História e história da educação. O debate teórico-metodológico atual*. Campinas: Autores Associados, 1998.
- PEREIRA, Eva Waisros (org.). **Nas Asas de Brasília: Memórias de uma Utopia Educativa (1956-1964)**. Brasília, Universidade de Brasília, 2011.
- PEREIRA, Eva Wairos. **Educação Pública do Distrito Federal: resgate, preservação e difusão da memória revivem Anísio Teixeira**. Participação (UnB), v. 22, p. 38-43, 2012.
- PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Cia das Letras, 1989
- RÊSES, Erlando da Silva. **De vocação para profissão: sindicalismo docente da educação básica no Brasil**. Brasília: Paralelo 15, 2015.

RODRIGUES, Jefferson Vasques. **A práxis educativa entre direção e base no partido revolucionário: uma análise a partir de Gramsci**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Brasília, 2011.

ROSSI, Waldemar. **Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista**. Expressão Popular, São Paulo, 2009.

SILVA, Cyntia de Oliveira e. **O Resgate da Trajetória Histórico-Política do 13 de Maio NEP- Núcleo de Educação Popular**. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, SC, 2008.

SINPRO-DF. **Conhecer a História para Transformar a Sociedade**. Secretaria de Formação Política. Caderno de Formação nº 01. Brasília, 1989.

TUMOLO, Paulo. **Educação dos trabalhadores, consciência de classe e revolução social: a atualidade de velhas questões**. In: I EBEM - Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo, 2005, Bauru. I EBEM - Anais, 2005.

TUMOLO, Paulo Sérgio. **Da contestação à conformação. A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista**. Campinas: Unicamp, 2002.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da Profissão Docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.



ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Você está sendo convidada /o para participar, como voluntária /o, em uma pesquisa. Após ser esclarecida /o sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa ou desistência você não será penalizada de forma alguma. Em caso de dúvida, você pode procurar a Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília (UnB), pelos telefones: (61) 3107-6243 / 3107-6244 / 3107-6264.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Processo de consciência de classe: a formação da consciência militante docente na sociedade capitalista

Pesquisador Responsável: João Felipe de Souza – portador do CPF: 006.748.071-38; RG 2258.133, graduado em Pedagogia pela Universidade de Brasília (2009) e professor da rede pública de ensino do Distrito Federal. Telefone para contato: (61) 99657.7593.

O **objetivo** dessa pesquisa é: Compreender o processo de formação da consciência de classe dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública de ensino do Distrito Federal e as suas implicações na luta de classes nos anos de 2010 a 2016.

Não há nenhum risco envolvido na pesquisa, bem como nenhuma despesa.

A pesquisa vem sendo desenvolvida desde 2015 e deve ser concluída no início de 2017, sob a orientação do prof. Dr. Erlando da Silva Rêses. É garantido o sigilo absoluto sobre os nomes das /os participantes que também não serão citadas /os em qualquer documento oriundo da pesquisa. Às pessoas participantes, é reservado o direito de retirar o consentimento a qualquer tempo, durante a execução da pesquisa, sem qualquer prejuízo, assim como recusar-se a responder às perguntas que ocasionem constrangimentos de alguma natureza.

Ao final da pesquisa, todas as pessoas participantes poderão acessar os resultados, bem como solicitar esclarecimentos sobre eles.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA

Eu, _____
, RG/ CPF/ n.º _____ abaixo assinado,
concordo em participar do estudo, como sujeito.

Fui devidamente informada /o e esclarecida /o pelo pesquisador João Felipe de Souza sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como a inexistência de riscos. Foi-me garantida /o que posso retirar meu consentimento a qualquer momento durante a execução da pesquisa, sem que isto leve à qualquer penalidade ou prejuízo.

Local (UF) e data:

Nome e Assinatura:

ANEXO II - ROTEIRO SEMI-ESTRUTURADO DA ENTREVISTA

ÂMBITO INDIVIDUAL

- 1.** Como “começou” a sua militância como professor/a? [Aqui é importante buscar identificar pessoas, fatos e acontecimentos importantes, situações que foram “chave” para esse início na militância]
- 2.** Qual a importância da luta sindical para você como militante e professor/a?
- 3.** Em que a luta sindical contribui para a sua consciência e atuação política?

ÂMBITO GRUPAL/COLETIVO/CORPORATIVO/SINDICAL

- 4.** É filiada/o a alguma organização política? Se não, já foi? Caso sim, qual? Está vinculada a algum grupo, tendência ou corrente interna?
- 5.** A participação em um coletivo com auto-organização das/os professoras/es contribui para a militância? Caso sim, porque e de que forma?
- 6.** Com relação ao seu grupo / tendência / corrente; quais são seus principais objetivos?
- 7.** Quais as principais ações (em termos de formação política e lutas concretas) que o grupo / tendência / corrente desenvolve para buscar atingir esses objetivos?
 - a.** Quais as fontes de recursos dessas ações?
 - b.** De que forma essas ações contribuem na formação da consciência política das/os professoras/es?
 - c.** Essas ações interferem na luta mais geral da classe trabalhadora (de que forma)?
- 8.** Para além da luta sindical mais específica, você considera que a luta sindical contribui para a formação da consciência de classe e para o conjunto da classe trabalhadora? De que forma?
- 9.** Como se desenvolve a relação do seu grupo / tendência / corrente com os outros movimentos sociais e, particularmente, com outros sindicatos? E com outras centrais sindicais? E com os partidos políticos?
- 10.** Quais são os principais desafios e dificuldades do movimento sindical na atualidade do Distrito Federal?

11. Como você analisa a luta sindical docente no Brasil?

12. Considerando a sua militância pela “transformação da sociedade” [uma abstração], quais são as limitações da luta sindical? Como superá-las?

RELAÇÃO SINDICAL COM A ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICA E POPULAR

13. Entrando na questão da estratégia democrática e popular...o campo progressista experimentou nos últimos anos a administração do executivo federal (Lula e Dilma) e do executivo distrital (Agnelo). Como você avalia essa experiência? Sobretudo em relação ao “modo petista de governar” ou a “estratégia democrática e popular”....

14. Como você avalia a relação do movimento sindical com os últimos governos (estratégia democrática e popular) no executivo federal e distrital? Para a luta sindical docente, houve avanços? Houve recuos?

15. O que o termo “democrático e popular” lhe parece? O que significa esse projeto ou estratégia política nos dias atuais? Quais são as reflexões que você faz?

A ESTRATÉGIA PARA A TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

16. Para a “transformação da sociedade” qual é a importância da estratégia democrática e popular? Na sua avaliação e da sua organização, qual é o projeto de sociedade que interessa a classe trabalhadora? Como atingir esse objetivo?

17. Reflexão sobre a relação entre sindicato, central, partido e governo. Pode haver uma **linha de atuação comum**, na perspectiva democrática e popular?

Nome / Idade / Tempo de militância geral / Tempo de militância no movimento sindical docente

Observações adicionais: